



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSAO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE JANEIRO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves**Secretários:** Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa

Elákcio da Marta

Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Após a Mesa dar conta da leitura dos artigos 209.^º e 210.^º do Regimento da Assembleia Nacional, deu-se continuidade ao debate e apreciação conjuntos, na generalidade, das Propostas de Lei n.ºs 19 e 20/XI/5.^ª/2021 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2021. Fizeram uso da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), da Saúde (Edgar Neves) e da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos), os Srs. Deputados Abnildo d'Oliveira (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), Maria das Neves (MLSTP/PSD), António Barros

(MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD), Levy Nazaré (ADI), Celmira Sacramento (ADI), Carlos Correia (ADI), Beatriz Azevedo (MCI) e José António Miguel (ADI).

Após a declaração de encerramento do debate pelo Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), foram aprovadas, na generalidade, as duas propostas de lei.

Por último, foi aprovado o requerimento de avocação ao Plenário da discussão na especialidade das duas propostas de lei.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos

Alexandre da Conceição Guadalupe

Anaydi dos Prazeres Ferreira

Arlindo Quaresma dos Santos

Arlindo Ramos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Carlos Manuel Cassandra Correia

Celmira de Almeida Sacramento

Esmail da Glória do Espírito Santo

Idalécio Augusto Quaresma

Joaquim Salvador Afonso

Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José da Graça Diogo

Levy do Espírito Santo Nazaré

Mário Fernando de Jesus Rainho

Orlando Borges da Mata

Paulo Jorge Carvalho

Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas

Salcedas d'Alva Teixeira Barros

Sebastião Lopes Pinheiro

Silvestre Moreno Mendes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Adilson dos Reis Vaz

Ana Isabel Meira Rita

António das Neves Sacramento Barros

Arlindo Barbosa Semedo

Ayza Fortes da Silva

Danilo das Neves dos Santos

Elálcio Afonso da Marta

Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Hélder dos Santos Ceita Joaquim

Iazalde Lopes do Sacramento Rita

Jaime Pires Sequeira de Menezes

José Rui Tavares Cardoso

Jerónimo Lima Pires Quaresma

Ketty-Keyla Neto da Silva Borges

Leonilda Maria Trovoada de A. Pires dos Santos

Maiquel Jackson do Espírito Santo

Maria das Neves Ceita Batista de Sousa

Maurício Vera Cruz Afonso Rita

Óscar Cosme da Conceição Gina da Silva

Paula Maria Fonseca Tavares

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção Carvalho

Danielson Alcântara Fernandes Cotú

Delfim Santiago das Neves

Felisberto Fernandes Afonso

Jamiel Joana Segunda

Movimento de Cidadãos Independentes

António dos Reis Faleiro

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos dos Serviços Parlamentares, da Comunicação Social e outros sectores aqui presentes, aproveito para cumprimentar, de igual modo, o povo de São Tomé e Príncipe.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, retomando os trabalhos que foram iniciados na Sexta-feira. Com efeito, peço ao Sr. Secretário da Mesa para voltar a ler o artigo 209.º do Regimento, para situar as Sras. e Srs. Deputados, membros do Governo e a população que está a nos acompanhar.

O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia, da Comunicação Social e povo de São Tomé e Príncipe, permitam-me saudar a todos.

«Artigo 209.º. Debate na generalidade.

1. O debate na generalidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado tem a duração mínima de dois dias e máxima de cinco, observando-se o disposto no artigo 158.º.

2. O debate inicia-se e encerra-se com uma intervenção do Governo.

3. Antes do encerramento do debate, cada grupo parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.

4. Durante o debate as reuniões não têm período de antes da ordem do dia.

Artigo 210.º. Votação na generalidade.

No termo do debate são votadas na generalidade, sucessivamente, as propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado».

O Sr. Presidente: — Não havendo espaço para o período prévio à ordem a do dia e tendo-se já feito a intervenção do Governo no início dos trabalhos, estão abertas as inscrições para o debate na generalidade das GOP e do OGE.

Tem palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Colegas Deputados, Caras e Caros Compatriotas que nos escutam no País e na diáspora, bom dia.

Antes de entrar no âmago da minha intervenção sobre a análise destas duas propostas, quero, em nome do meu Grupo Parlamentar, apresentar duas notas prévias, que têm a ver com a forma como começamos os nossos debates, a forma do que não deveria ser e a forma de como deve ser feito.

Por acaso já tive a ocasião de pedir a Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia, aquando da realização da Conferência de Líderes, que é contraproducente os Deputados virem cá discutir o Regimento, porque nos rouba tempo. A Mesa tem a incumbência de interpretar o Regimento e os Secretários da Mesa também devem ajudar o Presidente na interpretação da norma e na condução dos trabalhos.

Aconteceu, na nossa reunião passada, que o Grupo Parlamentar do ADI estava disponível a dar as suas contribuições, e começamos a fazê-lo. As contribuições, além de apresentarem propostas alternativas, as críticas também são contribuições, porque com as críticas temos obviamente melhorias. Portanto, na reunião passada, pedi a palavra para evocar o Regimento, o Presidente da Assembleia entendeu não me conceder e disse: «não lhe dou palavra».

O artigo 92.º do Regimento da Assembleia Nacional é claro, uso da palavra pelos Deputados: «Os Deputados usam da palavra para interpelar a Mesa.» O Presidente, dentro das suas competências, pode retirar a palavra ao deputado, se ele estiver fora daquilo que está a ser discutido ou, se ele exagerar nas suas declarações, é-lhe chamado atenção e se for recorrente o Presidente pode retirar-lhe a palavra, mas nunca dizer «não lhe dou palavra». O Presidente não tem esta competência! Estamos no Parlamento para falar, para intervir e o Presidente impediu um deputado de falar. O meu Grupo Parlamentar foi solidário e não nos inscrevemos desde aquele momento. É triste e que não volte a acontecer! Não é a primeira vez que o Presidente faz isso, pelo menos com o Líder Parlamentar do ADI. Aqui queremos dizer que seja então a última vez. Para quem diz que é honesto, advoga a rectidão, tem que demonstrar um certo equilíbrio. Eu ia evocar justamente o Regimento e o Presidente pôs-me numa situação constrangedora. Mandou-me falar do meu lugar, quando o meu lugar não tem microfone. Esta é a Casa da Democracia e com este e outros actos o senhor não será o melhor Presidente, como foi o seu apanágio, seu desejo no início!

O artigo 107.º do Regimento, aqui evoco o Regimento, é claro que qualquer membro da Mesa que pretender entrar no debate deve pedir que seja substituído. Temos cá os Vice-Presidentes. Se o Presidente

entender participar no debate, pode fazê-lo, mas não no seu lugar. E teria muito gosto de debater o Orçamento com o Presidente. Se o Presidente quiser entrar no debate, temos toda vontade. Mas aquilo que o Presidente tem estado a fazer recorrentemente não deve. Na Quinta-feira, foi o Presidente que salvou a Sra. Ministra da Justiça, porque a Ministra estava a enterrar-se.

Num debate, o ministro chega, brilha ou enterra-se. Sendo debate entre o Governo e os Deputados, o Presidente da Assembleia apenas conduz os trabalhos e não entra no debate, como tem feito.

Dito isso, muito obrigado pela vossa atenção, mas é lamentável, é necessário que fique registado.

Não obstante estarmos no calor do debate, a dar as nossas contribuições, e sairmos tristes, espero que hoje Sua Excelência o Sr. Ministro das Finanças nos traga elementos sobre quantas empresas já pagou, não nos disse o número das empresas que pagou e quantas pretende pagar com este Orçamento de 2021. E uma questão, pagar a empresas não significa estar a ajudar as empresas. Pagar é uma obrigação, ajudar são mecanismos que o Estado cria para facilitação de crédito, de segurança jurídica, etc., etc., isso sim é que é ajudar empresas.

Estávamos a dar as nossas contribuições e aqui, por alguma razão, no calor do debate, sabemos que é difícil ser Deputado que apoia o Governo, ainda mais quando o Governo tem limitações.

O povo e os Deputados que criticam o Governo foram considerados de cães, insultados. Estamos em 2021, vamos mudar de atitude, meus senhores, e começemos pelos discursos! Quanta falta não faz o antigo Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, Amaro Couto, respeito pelo adversário, comprimento e observância da legalidade e boa interpretação do Regimento. Quanta falta não faz o Dr. Amaro Couto.

Dito isso, entro no debate do Orçamento. Essas duas notas prévias tinham que ser feitas e que fiquem registadas, todos os são-tomenses que nos seguem, no País e no estrangeiro, para sabermos quem é quem, e este país tem história. É muito cedo para começar a escrever, mas aqueles que são historiadores e sociólogos têm matéria para o fazer.

Foi intervenção de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro que criaram ao nível da Educação 1200 pontos de emprego, foram enquadrados 1200 professores, e desafiou-me a enaltecer o Governo. «Por quê o Líder Parlamentar do ADI não enaltece os 1200 postos de emprego na Educação?» Não vou enaltecer, não, não! É vergonhoso que se enalteça esta medida. Porquê? Foi nesta Casa que o Líder Parlamentar do PCD, Danilson Cotú, – PCD não, da Coligação PCD/MDFM-UDD, faço confusão porque quando passo lá na Bancada vejo escrito só PCD, por isso sou influenciado a dizer Líder Parlamentar do PCD, – disse-me para enaltecer, quer dizer, como é possível que um líder não vem enaltecer coisas dessas? E ele, na altura, chamou atenção à Ministra, aquando do Orçamento Rectificativo, que não queria ver o regime triplo, e hoje temos o regime triplo. Se calhar Vossa Excelência o Sr. Primeiro-Ministro justificará com a questão do Covid-19. Se essa justificação é sua, a questão do Covid-19, previa-se então a questão do distanciamento social. No jardim não existe distanciamento social, na primária não há distanciamento. Tenho um filho menor de 6 anos, está a estudar na 1.ª classe, levo e vou busca-lo à escola, não há distanciamento nenhum. Nas escolas secundárias e nas universidades não existe distanciamento, não há uso de máscaras, não há higienização das mãos, não há nada. Quer dizer que a medida foi tomada de uma forma atabalhoadada, sem pensar nos critérios.

A minha primeira pergunta a Vossa Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, é: para quanto tempo prevê a duração deste regime triplo? Se é por uma questão de Covid-19, deve ser uma questão transitória. Se for transitória, terá que informar aqueles que foram convidados, nomeados ou não sei, para o exercício da função de lecionação, quanto tempo vão lá ficar, quanto tempo irá durar o seu contrato. Se não for temporário, então retrocedemos para uma questão de regime triplo e as crianças não estão a aprender, porque nem todos os professores têm capacidade de explicar às crianças os ditongos, etc., etc. Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro foi professor e sabe que se não tivermos boa educação, se não instruirmos bem as nossas crianças, não temos futuro. Por isso, estamos a dizer que a questão do Covid-19 tem que ter um plano de recuperação e mesmo a Educação estando no sector social também tem que contribuir, porque estamos a pensar nos homens de amanhã, médicos, engenheiros. Se formarmos mal esses meninos, essas meninas, estamos a comprometer o futuro da Nação.

Gostaria de ouvir de Vossa Excelência para quanto tempo irá durar esse regime triplo, ou se é para durar *ad eternum*. Aqui uma nota a Vossa Excelência, Dr. Jorge Lopes Bom Jesus, estamos na generalidade, esperamos que...

O Sr. **Salvador Afonso** (ADI): — Não está no ar.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...não percebi, não se ouve? A rádio não está a passar?
É normal. Quando tomo a palavra, a rede social também para. Parou? Parou tudo. Tem sido assim.
Sr. Presidente, permita-me, vou ter que parar, porque...

Uma Voz do ADI: — Já está.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Está, ok, obrigado.

Como dizia, quando pedimos ontem a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro para responder, na generalidade, porque entendemos que aquando da especialidade os Ministros dos sectores terão a oportunidade de vir cá desfilar, e temos cá tapete vermelho, mas, na generalidade, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro deve vir aqui explicar-nos qual é a sua visão, explicar, detalhe por detalhe, as perguntas colocadas. Na especialidade, os Ministros vêm, mesmo aquele Ministro que insultou um são-tomense, chamando-o de *mula manca*! Nós estamos a governar, insultando as pessoas! O que é isso, meus senhores? E são as pessoas que são verdadeiramente são-tomenses! Um cidadão que ficou no terceiro lugar do concurso para exercer a sua função, foi excluído, e vem publicamente chamar o cidadão de *mula manca*. É triste! Esse Ministro devia ter sido demitido!

Vozes: — Está a inventar!

Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Toda gente sabe que é o Ministro da Agricultura! Não pode, meus senhores! Não pode! Ninguém inventou, está na rede social. É triste! Quem me conhece sabe que eu gosto de falar as coisas, serenamente, mas é com alguma dor! Eu também tenho os meus deslizes, toda gente desliza, comete *gaffes*, comete erros, mas para homem do Estado há certas coisas que tem de ponderar.

Bom, o Ministro apelou a cavalo de corrida, então, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor é esse cavalo de corrida. Na generalidade, nós queremos o senhor aqui a responder às nossas questões. Por isso, não quero que o Sr. Primeiro-Ministro lave as mãos, como o Pôncio Pilatos e depois devolva aos respectivos Ministros a possibilidade de vir cá colocar. Portanto, já coloquei cerca de três questões, basicamente ao nível da Educação, que eu gostaria de ver respondidas.

Sr. Primeiro-Ministro, a nível de infra-estruturas, temos infra-estruturas que nós há muito tempo falámos: aeroporto, porto em águas profundas... parou de novo?

Uma voz do ADI: — Não, está no ar.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Ok. Nós gostaríamos de obter mais explicação da parte do Governo, porque se está a contar muita história, Sr. Primeiro-Ministro. O anterior governo, através da União Europeia e a Holanda, conseguiu um financiamento para a requalificação da Marginal, o que nós vimos é que o Primeiro-Ministro, para a contenção para a invasão do mar, começou obras da Marginal, e está lá, um espetáculo! Aquilo que o colono deixou está lá, rijo, aquilo que foi feito antes de ontem, ainda bem que a chuva de Outubro não caiu, como devia ter caído. Quanto não, aquela obra, Sr. Primeiro-Ministro, já estaria a desfazer-se. Quanto é que custaram realmente aquelas obras de má qualidade? Como se explica, Sr. Primeiro-Ministro, os constrangimentos do projecto de requalificação da Marginal?

Nós gostaríamos, ainda ao nível de infra-estruturas, é verdade, será na especialidade, mas existem infra-estruturas rodoviárias, o Governo caiu no silêncio, que liga Bom-Bom, Cruzeiro, Milagrosa, se calhar até Bombaim, muitos vianteiros vivem daquela estrada, é uma infra-estrutura económica, agricultores, não se ouve falar, o Governo está no silêncio. O Primeiro-Ministro precisa andar mais, precisa de conhecer o País. Há outra infra-estrutura fundamental, é verdade que a Estrada Nacional n.º1 é importante, e os senhores encontraram um trabalho já perfeito, que é a negociação com o Banco Mundial, para a reabilitação da Estrada Nacional n.º1, mas há outra infra-estrutura que o Governo não fala, que nós queremos ouvir, pode ser que esteja aqui no Orçamento, às vezes não vejo todas as linhas, os números são pequenos, Bobô-Forro, Madalena, até Santo Amaro. Quase que não se fala disso!

Bom, por último, Hospital. Sr. Primeiro-Ministro, no primeiro ano, desconfiava-se que com as negociações pretendia-se talvez atribuir ao Projecto Saúde para Todos os 17 milhões de dólares do Fundo do Koweit, por isso não arrancou inicialmente. Não sei! Prendeu-se um cidadão por causa dos 17 milhões de dólares. O Fundo do Koweit tinha que vir dizer que existe dinheiro, mas todo o momento, justificação. O povo quer a verdade! Povo já não aguenta ouvir, *blu*, não entregaram a pasta, *blu*, o cofre do Estado está vazio, e povo está a morrer por falta de assistência, falta de equipamentos, os profissionais da Saúde, com desconforto, muitos dizem que o Sistema de Saúde não é o hospital. Eu concordo! O Sistema de Saúde não é só o hospital, mas temos um hospital de referência, é necessário. E eu aqui lanço um repto, um apelo, um pedido, uma campanha, cada um de nós deve gritar: nós queremos hospital. Todos os dias que eu vier aqui, eu vou gritar, nós queremos hospital. Eu aqui peço aos motoqueiros, taxistas, escrevam um cartaz, para o Primeiro-Ministro ouvir bem e perceber. Se não ouve, pelo menos para ler: nós queremos um hospital. São Tomé e Príncipe precisa de um hospital! Tem que ter um desafio! O Orçamento diz muitas coisas. O Primeiro-Ministro quer fazer muitas coisas, mas concretamente, onde é que se quer ir? Não se tem. Por isso, nós exigimos o plano de recuperação económica. Não foi por acaso. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, o hospital, nós precisamos. O povo de São Tomé e Príncipe precisa.

E termino, agora sim, os resultados dos testes do Covid dão que os contágios estão a aumentar. É preocupante! O Governo deve tomar medida adequada para levar a população a adoptar comportamentos que ajudem na contenção e não na propagação do vírus. Mas uma coisa é certa, Dr. Jorge Lopes Bom Jesus, Vossa Excelência, quando for pedir à população distanciamento social, não vai conseguir mais. Mais ninguém ouve o senhor. Os motoqueiros já não acreditam na vossa expressão sobre distanciamento social;

palaiê, pior ainda. As *palaiês* já não vão acreditar quando o senhor pedir o distanciamento social, porque foi Vossa Excelência, aquando do decreto de confinamento, de afastamento, distanciamento social, que promoveu um comício, com entrada triunfal, no Mercado de Bobô-Forro, em pleno momento de confinamento. E hoje ninguém mais vai acreditar em si, quando o senhor vier pedir distanciamento social. Sem falar das festas que ocorrem nos cantinhos, à direita e à esquerda. É com alguma tristeza que eu falo disso!

Sobre saúde, termino, já que um dos eixos do Programa do Governo, que vem também escrito nas Grandes Opções do Plano, a) aprofundamento do Estado de Direito Democrático, como é que Sua Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, pretende, diz nesse eixo, «fortalecer a Democracia», eu estou a ler o documento, «salvaguardar a liberdade individual, vontade popular», etc., etc.

Sr. Primeiro-Ministro, o Grupo Parlamentar solicitou visita a organismos: hospital, EMAE, empresas, até hoje. Suas Excelências, Srs. Ministros, o Ministro de Assuntos Parlamentares disse que contactou Vossas Excelências, até hoje, Sr. Primeiro-Ministro, e o senhor diz que: está a favo. Isto aqui é o aprofundamento do Estado de Direito Democrático, impedindo a oposição de fazer o seu trabalho, impedindo os Deputados de irem atrás da informação, para exercerem a sua função? Este impedimento é um atentado à democracia. O senhor está no incumprimento do primeiro eixo da sua governação.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Não obstante o Regimento impor o não período de antes da ordem do dia neste debate, Vossa Excelência fez algumas acusações à Mesa que merecem, naturalmente, uma resposta. Penso que não se deve refugiar no Presidente da Assembleia para encontrar alibi, para justificar o silêncio ou outras posições que o Grupo possa adoptar, de forma livre e democrática.

Disse que tem sido recorrente a minha posição em tentar impedir-lhe de falar. Evocou o Regimento, nos artigos que mais lhe convêm, mas não se referiu no artigo que lhe fez pedir a palavra, na Sexta-feira. Pediu para evocar o Regimento, no âmbito do artigo 99.º e quando a Mesa lhe pediu para observar o que diz o artigo, refugiou-se no número 2, que mais lhe convinha, esquecendo-se que antes do 2 há um número anterior que se chama um. Fez-se desfilar na sala, lendo o número 2 e quando lhe pedi para ler também o número 1, recusou-se e ficou desconcertado. E quando eu li o número 1, ficou desorientado e entrou no silêncio. Não pode culpabilizar o Presidente da Assembleia por isso.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Dê a palavra.

O Sr. Presidente: — Não posso dar! Diz o artigo 99.º número 1: «O Deputado que pedir a palavra para evocar o Regimento indica a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efeito.» E eu pedi-lhe para indicar a norma infringida pela Mesa.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Podia passar-me o micro, mas não.

O Sr. Presidente: — Não tem que ter o micro, porque eu estou habituado e não sou nenhum inocente. Queria o micro para aproveitar e usar da palavra. E por que é que não leu o número 1? Por que é que leu o número 2, sem o micro? Como é que leu o número 2 e queria o número 1, para ler com micro. Portanto, não vem aí com justificações pouco credíveis e que não justificam em nada. Eu não quero ir para outro caminho. E sabe mais? Não tenho qualquer receio de debater com quem quer que seja.

Murmúrios.

E sabe que eu sou capaz! Uma coisa é certa, não me recordo de ter entrado aqui em debate. Os senhores confundem debate com orientação e intervenção que a Mesa deve fazer. Agora, se sabe especificar o que é debate, então diga lá, Sr. Deputado Sebastião Pinheiro, o que é debate para si.

Murmúrios.

O problema é o conceito de debate. Isto é que está a confundir a cabeça de muitos deputados. Mas, pronto, eu não vou entrar por este caminho, nem vou dançar a música que querem tocar!

Uma voz: — Dance valsa!

O Sr. Presidente: — Mais intervenções?
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

Murmúrios.

É disso que a Mesa tem de falar. Depois dizem que é regimental. Em que parte do Regimento, numa discussão das Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, na generalidade, diz que a Mesa faz equilíbrio? Onde é que está isto? O senhor pediu a palavra, dou-lhe a palavra! E como não há outro inscrito? Faz-se equilíbrio como? Vou inventar Deputados para falar antes dele?

Diga, indique! É seu papel!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O senhor conhece como eu!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, todos os membros do Governo, permitam-me saudar a todos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Sr. Primeiro-Ministro, estamos realmente nesta senda de saudações, mas politicamente acho que não devo saudar o Governo, justamente, porque temos o maior Governo da nossa história democrática. Eu acho que um país com dificuldades financeiras tremendas, com mais de 16, 17 mil famílias vulneráveis, não podemos estar a desperdiçar recursos financeiros que podiam servir para que o próprio País também financiasse esse programa de recuperação ou de ajuda às famílias, ao em vez de estarmos a pedir dinheiro aos europeus, aos parceiros, para virmos ajudar as nossas populações. Eu acho isso errado, porque gastámos e gastámos muito com as instalações, com a mobilização de fundos para a compra de viaturas e mobiliários, para poder ter o Governo a funcionar, quando temos pobres, temos pessoas a sofrer e à procura de um Estado que, muitas vezes, não encontra.

Sr. Primeiro-Ministro, eu, sinceramente, sinto-me constrangido com a situação da saúde e não vejo neste Programa, num curto horizonte de tempo, a inversão da situação. É que vamos ao Hospital, nem paracetamol. Sr. Primeiro-Ministro, paracetamol não há! Isto é grave! É grave, Sr. Primeiro-Ministro! Isto é vergonha e deveria envergonhar este Governo, pela sua dimensão! Não temos paracetamol nos hospitais.

Sr. Primeiro-Ministro, várias vezes coloquei aqui questões relacionadas com a Região Autónoma do Príncipe, e eu devo dizer que há uma injustiça muito grande deste Governo em relação à ilha do Príncipe. Repare, eu não posso vir aqui, enquanto Deputado, dizer ao Governo para se lembrar que não há combustível, não há barco, lembre que o bilhete de passagem está excessivo, lembre que há pessoas no Príncipe a sofrerem, porque o problema de ligação não lhes permite essa movimentação interna, que é um direito constitucional que as pessoas têm. Não posso! Isso é uma responsabilidade do Executivo! O Executivo tem que estar atento a isto! O facto de ser no Príncipe, não implica que as coisas devem estar relaxadas! Vão um dia à Ponte Cais observar a chegada do barco Príncipe e vejam como é que as pessoas chegam em São Tomé? Completamente degradadas, pelas condições em que as pessoas viajam. E já me foi dito aqui que estão a encontrar uma solução definitiva, este é o terceiro Orçamento deste Governo e não se vislumbra a solução. Temos que resolver as coisas. Nós entendemos que há dificuldades, mas se pode minimizar!

O custo de bilhetes de passagem, então, Sr. Primeiro-Ministro, é uma questão muito frontal. E eu quero que o senhor responda isso, para que as pessoas possam saber: há ou não há...

Uma voz: — Há.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — ...possibilidade de redução do custo de bilhete de passagem? Há ou não há possibilidade de poder subvencionar partes? Existem são-tomenses que não conhecem São Tomé e não conhecem o Príncipe! Existem pessoas que querem ir lá passear, visitar famílias, etc., assim como querem vir para aqui. E nós, no Príncipe, quando vimos para São Tomé, é por força maior, muitas vezes, problemas de saúde. Doutro jeito não podemos vir, porque há uma barreira que é o custo de bilhetes de passagem. E isto também empobrece o Estado. O Estado financia muitas dessas passagens para as instituições deslocarem entre as ilhas. E é preciso nós resolvemos isso. É com muita tristeza, mas vamos indo, e é verdade, porque somos um Estado. E esse Estado é um Estado Unitário. Está lá dito na Constituição. E nós precisamos sentir o Estado, tanto na Região Autónoma como no País. Precisamos de sentir que há um Estado, e no bom sentido! Não estou a dizer no sentido de reprimir as pessoas. No bom sentido, sentir que o Estado está por nós! E neste aspecto eu quero dizer que, sinceramente, Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos a sentir que estamos a ser esmifradados...

Uma voz: — O que significa esta palavra?

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — ...com tudo: com a carga fiscal que temos, com a incapacidade de podermos adquirir os bens mais básicos para a nossa sobrevivência, porque o nível de inflação é tão alto que nos empobrece a todos. Isso eu digo para que cada Deputado e Deputada da Bancada que defende o Governo ouçam. Nós estamos a ser esmifradados! Isso está mal! Nós estamos mais pobres. Hoje, não temos capacidade de suportar as nossas vidas, porque são 11% de inflação. Sabem o que é que isto? Nós

estamos 11 vezes mais pobres! A comunicação do Banco Central foi de 11%, do Governo foi de 10,8. O Banco Central é ainda mais pessimista nisto. Portanto, as pessoas que, em 2019, conseguiam com 100 mil dobras comprar uma carteira de ovos, sei lá, hoje já não conseguem! Ovos estão mais caros. Agora, também deixo esta questão aqui: o que é que o Governo vai fazer para baixar a inflação? O que é que o Governo vai fazer, qual é a política, mais de concreto, porque não vejo produtos locais a baixarem drasticamente de preço.

Sr. Primeiro-Ministro, na Região Autónoma do Príncipe, muitas pessoas passaram o Natal e o fim do ano sem salário. Refiro-me ao pessoal do GIME. Não se fez a transferência e as pessoas não tiveram o seu salário, para poderem suportar as despesas da quadra festiva.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, vou falar um pouco sobre a Justiça e o aprofundamento do Estado de Direito Democrático. Sr. Primeiro-Ministro, o combate à corrupção deve ser feito de uma forma mais enquadrada com a legalidade. Este Governo pisou a linha vermelha que qualquer governo de um Estado de Direito Democrático e em democracia não pode fazer. Porque é um Governo que, quando há um crime, age na base de presunção, humilha os cidadãos, chama de nomes, põe os nomes das pessoas na praça pública, destrói as pessoas, as suas famílias e leva as pessoas à prisão, sem que tenha que provar a culpa. E este Governo fez isto. Este Governo fez isso com alguns membros do ex-Governo do ADI, esse Governo fez isso com os membros da Administração Pública no Governo do ADI.

E, sinceramente, Sr. Presidente, isto é destruir um dos pilares, que eu considero mais fortes do Estado de Direito Democrático. Não se faz isto! Sinceramente, é o contrário daquilo que se deve fazer em relação a procedimentos, quando se acha que há um crime ou que um cidadão cometeu um crime. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, ao em vez disto, seria melhor nós trabalharmos no sentido de melhorarmos as condições de investigação e promoção do combate ao fraude e investigação fiscal, porque eu não concordo que ninguém deve ser julgado, penalizado, ir para a prisão, apenas na base de presunção ou pelo seu estilo de vida. Não podemos fazer isso, por quê? Porque este Governo corre risco também, porque daqui a mais uns anos poderá não ser governo! Portanto, temos que ter esses pilares bem assentes, essas regras fixas, para não estarmos a cometer essas atrocidades.

Sr. Primeiro-Ministro, agora também em relação a injustiça na infra-estruturação do País, eu olhei para a lista das obras, das reconstruções e das remodelações que hão-de fazer ao nível nacional, Sr. Primeiro-Ministro, é uma tristeza. A Região Autónoma do Príncipe é sinceramente prejudicada violentada, bombardeada com isto. Não pode ser! O País tem que se desenvolver equilibradamente. Não faz sentido estar em São Tomé com todas as condições e no Príncipe há dificuldades tremendas. Este orçamento prejudica o Príncipe de que maneira! Falou-se aqui de umas infra-estruturas que devem ser erguidas para as pessoas que perderam as suas habitações, nomeadamente na zona de Ponta do Sol. As pessoas viveram ao relento, as pessoas estão a viver umas com as outras, com familiares, estão à espera da resposta do Governo, que não está neste Orçamento. Não vale a pena querermos inventar. É que quando não entra no Orçamento, não se vai fazer. A não ser que vão violar o Orçamento!

Temos a estrada, não quero entrar em números, porque não é este o meu objectivo, mas vejam o número de obras que vão fazer em São Tomé e digam-me quanto é que estão a fazer na ilha do Príncipe. No Príncipe só há uma obra, creio, que é a estrada de trás do Cemitério. Eu não quero enumerar quantas estão no Orçamento que serão feitas em São Tomé. Temos que ver isso! É uma injustiça! Nós temos que trabalhar no sentido de diminuir e não de criar conflitos. A estrada de Óque Daniel, Ponta do Sol até a Terra Prometida e Porto Real, essas estradas já clamam há anos por uma reparação. Ela não está aqui neste Orçamento. A estrada de São Joaquim vai desaparecer, não está no Orçamento. Nós temos a estrada de Porto Real até Pincaté para melhorar, não está no Orçamento. Nós temos a estrada de Terreiro Velho até Santo Cristo, que ia completar um lote de estradas que já começou a ser feito, para a Roça Abade, não está no Orçamento. Mas por que é que há tantas obras só ao nível da capital e dos outros distritos e não há para a Região Autónoma do Príncipe? Isto é injustiça! É injustiça, Sr. Primeiro-Ministro. Temos que rever isso! Temos que atribuir mais alguma obra para a Região Autónoma do Príncipe. Eu fico por aqui e se calhar depois volto.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Carlos Pinheiro. Com a sua habilidade, discutiu o Orçamento e também entrou na política geral, a Mesa não quis interromper, para não haver mais outro mal estar, mas eu peço aos intervenientes que seguirão para observar o Regimento, no seu artigo 219º. Nós estamos a debater, na generalidade, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado. Quando for para debate sobre a Saúde, vamos pedir debate sobre a Saúde. Quando for debate sobre a Justiça, vamos pedir debate sobre a Justiça.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, começo por saudar Vossa Excelência, saudar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos e saudar também especialmente o povo de São Tomé e Príncipe. E por se tratar da minha primeira intervenção neste novo ano, aproveito também a oportunidade para desejar a todos um bom ano, com muita saúde, que é o que mais se necessita neste momento, e com grandes realizações.

Sr. Primeiro-Ministro, em economia, costuma-se dizer que os números falam por si. De facto, olhando para as propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado para 2021, fica evidenciado que nós estamos a falar de uma economia bastante frágil, uma economia com grande dependência externa, e os números falam por si, como eu dizia.

Olhando para o financiamento das receitas, 52% correspondem a financiamento externo e apenas 42% serão suportados com o financiamento interno.

Olhando para a estrutura das despesas, as despesas de funcionamento, tal como já foi dito aqui e reconhecido também pelo Sr. Ministro das Finanças, são superiores a despesa de capital e as despesas com o pessoal absorvem a maior fatia, dentro das despesas totais, ou seja, representa 31% do total das despesas.

Quando analisamos a estrutura da despesa de capital, e isso foi dito, Sr. Primeiro-Ministro, o financiamento externo representa 95% do total do financiamento, com os donativos a apresentarem 88%. Dizia aqui o Sr. Ministro das Finanças que quando nós analisamos a evolução do Programa de Investimentos Públicos, constatamos que a taxa de execução tem sido bastante baixa, devido à própria morosidade no desembolso para financiar os investimentos.

Quando analisamos os donativos que compõem o financiamento deste Orçamento, nós constatamos que os donativos tendem a diminuir. Em 2019 representavam 52% do total das receitas, em 2020 baixou para 50% e prevê-se para este Orçamento de 2021 apenas 44%. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que acontece neste Orçamento, como eu dizia, é um problema que decorre da fragilidade da economia. É um problema estrutural. É um problema que não pode e nem deve ser imputado a este Governo. É um problema que já vem de há décadas. A nossa economia não é sustentável, a nossa economia depende do exterior. Por isso, há uma necessidade de mudança de paradigma. Eu quero aqui recordar que São Tomé e Príncipe já foi eleito como País de rendimento médio e está a fazer esse período de transição de 6 anos. Já cumpriu 2 e faltam mais 4, fendo os quais, se não houver reajustes, devido à questão da pandemia, o País entrará definitivamente no patamar de países de rendimento médio. E isto significa dizer que os donativos irão ser reduzidos drasticamente, o que nos leva a pensar em outras alternativas para o desenvolvimento da nossa economia.

Eu registo com muito agrado, quando vejo nas Grandes Opções do Plano e também no Orçamento Geral do Estado, que o Governo, em relação ao seu eixo número 2, que é crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego, diz que vai estabelecer como objectivo de política a edificação de um novo modelo de desenvolvimento, baseado na prestação de serviços, atracção de investimento privado, desenvolvimento de infra-estruturas económicas, aproveitando a localização geoestratégica e geoeconómica do País, para transformar-se numa plataforma giratória de serviços, com destaque para o Sector do Turismo. Sr. Primeiro-Ministro, embora na economia não exista receitas perfeitas, eu acho que este é o caminho. É o caminho que o Governo escolheu e muito bem, quero felicitar o Governo por esta definição clara e dizer que não é possível que o Estado continue a ser o maior empregador. O Estado não pode ser o maior empregador. Garantindo a sustentabilidade da economia, promovendo o sector privado, quer nacional quer estrangeiro, o Estado estará a libertar-se de ser o maior empregador, dando essa responsabilidade ao sector privado, porque é o sector que deve criar riquezas, deve criar empregos para alavancar a economia. E este Governo também já começou a criar esse incentivo, para promover o sector privado. Vemos a linha de crédito que já se coloca à disposição do sector privado. Vemos a questão das garantias, que constituem um problema que foi discutido aqui nesta Casa Parlamentar, ou seja, estão a ser criadas as condições para de facto garantir a promoção do sector privado, porque só assim se poderá conseguir receitas para alavancar a economia.

É preciso que esse crescimento económico tenha impacto na vida das pessoas. Também registei com agrado quando o Governo diz que já beneficiou 2640 famílias com o Programa Família, e tem perspectivas para atingir 15 000 famílias. Este é o caminho, Sr. Primeiro-Ministro, porque não resolvendo o problema da população, sobretudo agora com o contexto da pandemia Covid, a vida das pessoas ficou muito mais complicada. A pobreza está a aumentar, porque houve o afastamento de muita gente dos empregos, devido às próprias condições da pandemia, sobretudo no Sector do Turismo. Tratando de ajudar as famílias a encontrar uma outra alternativa é de ser elogiado.

Por isso, eu exorto ao Governo que continue nesta senda, visando o combate à pobreza e garantindo melhores condições de vida à população. É assim que se consegue inverter a situação da economia, é assim que se consegue fazer com que a nossa economia não continue a ser tão dependente do exterior.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Excelência Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Srs. Secretários do Estado, Sras. e Srs. Deputados, a todos bom dia.

Infelizmente, o Príncipe perdeu o estatuto de super Príncipe em relação à Covid-19, depois de largos meses sem um caso, nem de doente e nem de sintomáticos, eis que agora estamos com cerca de cinco

casos. Tive a informação esta manhã de que já recolheram mais uma pessoa, infelizmente, mas já segui na comunicação social que os Governos, quer regional quer nacional, já estão a par da situação e as medidas já estão a ser tomadas. Não podia deixar de lamentar aqui que o Príncipe perdeu esse estatuto.

Excelência Sr. Primeiro-Ministro, antes de entrar naquilo que me traz aqui, quero fazer alguns reparos no que toca a uma intervenção que houve aqui. Há uma coisa que nós os Deputados do Príncipe temos que entender, e eu peço ao povo do Príncipe para ter muita atenção, na próxima eleição, porque nós não podemos continuar aqui a ter Deputados que quando o seu governo está no poder, está tudo bem com o Príncipe e quando não está, está tudo mal. Não! O Príncipe quer deputado que mesmo com o governo dele ou sem o governo dele ele vem aqui apresentar os problemas do Príncipe. Isto é o que nós queremos. Isto é o que o Príncipe quer. Na sessão passada, eu havia dito aqui ao Sr. Primeiro-Ministro que nos dois primeiros anos eu fui mais brando, porque entendi a situação. No primeiro ano, pela forma como o Governo recebeu o País e, no segundo ano, pela questão da Covid-19, mas também já prometi ao Governo que este ano vou pressionar, para que pelo menos aquilo que está orçamentado tenha uma boa percentagem em termos de execução.

Sr. Primeiro-Ministro, o Deputado que me antecedeu falou aqui de alguns problemas do Príncipe e eu não vou aqui dizer que esses problemas não existem, porque de facto existem. E é necessário que o Governo actual tenha atenção de facto a esses problemas que afectam as pessoas. Mas o que eu quero dizer, depois o Sr. Deputado que esteve cá, se quiser, pede direito a resposta, e não terá resposta por aquilo que vou dizer, é que a passagem está de facto muito cara. Se me perguntarem se a passagem para o Príncipe está cara, está. Se me perguntarem se a população do Príncipe tem condições para pagar passagens para Príncipe, não tem esse valor.

Se me perguntarem se a ligação marítima é boa, não é. Bom, mas quando formos falar do preço de passagens, eu se fosse o Sr. Deputado, eu não falaria disto, porque se a passagem está cara até hoje o Sr. Deputado foi um dos culpados, e eu lhe explico porquê. Em 2010, o seu governo tomou posse e aquando da discussão do Orçamento, na especialidade, eu pessoalmente, porque constatámos que nos ministérios, inclusive no Gabinete do Primeiro-Ministro havia muita verba para deslocação ao exterior, fiz uma proposta para desviar verbas de viagens ao exterior, no sentido de se criar uma rubrica no orçamento do Príncipe para subvencionar a passagem. Na altura, o Sr. Deputado votou contra.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Votou contra. Se tivesse votado a favor, hoje não teríamos esse problema, com certeza. A proposta mesmo assim passou, porque nós tínhamos maioria na Comissão, mas se criou uma rubrica e o então Ministro das Finanças disse que a proposta não era exequível. Mesmo com a rubrica que criaram para baixar o preço das passagens, a coisa não andou, porque não houve vontade política. Se eu digo isto, é porque sou contra essa forma de estar dos deputados do Príncipe aqui no Parlamento. Quando é meu governo, está tudo bem. Quando não é meu governo, está tudo mal. Não! Eu não sou assim e não serei assim.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, para este ano, eu vou apertar o nosso Governo, para que haja uma maior execução do orçamento do governo regional, para que o mesmo tenha de facto em atenção os problemas que o Deputado levantou, porque de facto são problemas que afectam a população do Príncipe. Mas sejamos sérios, sejamos responsáveis! O Estado tem um custo para fazer deslocar os Deputados do Príncipe para São Tomé, mas quando estamos cá vamos tratar daquilo que é essencial, que interessa de facto a população do Príncipe, sem ter que misturar questões políticas.

Mais uma vez eu digo, para ficar bem claro, não estou contra a intervenção do Sr. Deputado. Muitas coisas que ele disse é verdade e são dificuldades reais que o Príncipe tem e que este Governo tem que dar atenção, mas, por outro lado, pelo menos há uma coisa que ele também impediu que hoje fosse uma realidade. Porque na altura era o seu governo, ele achou que estava tudo bem.

Excelência Sr. Primeiro-Ministro, agora vou entrar naquilo que me trouxe cá. Depois da intervenção que tive na sessão passada, achei que não teria mais, porque o orçamento do Príncipe está atribuído, não está todo o problema do Príncipe resolvido, mas como eu disse, se houver uma boa execução, a gente consegue resolver alguns problemas, sobretudo questões de obras, o que vai permitir que os pais de família que estão desempregados tenham mais rendimentos. Isto é uma questão. Pensei e falei de facto da execução, falei também da questão de Ponta de Sol, em relação às pessoas que foram sinistradas, mas na Sexta-feira, ao assistir ao telejornal, dei conta de uma situação, porque passaram no noticiário que houve um incêndio e este só não atingiu outras casas por causa da rápida intervenção dos bombeiros. Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, o Príncipe neste momento não tem uma viatura de bombeiro. Se houver um incêndio numa zona com 20 casas, todas essas casas vão abaixo. E acho que isto é prioridade. Mas para falarmos bem desta questão de bombeiros, teremos que entrar na especialidade e não estamos na especialidade. Eu só venho aqui chamar atenção do Governo, porque ainda pode haver tempo para a gente tentar resolver este problema ainda neste Orçamento.

Sr. Ministro das Finanças, o Príncipe tem uma viatura de bombeiro que foi colocada pelo anterior governo, mas está inoperante. Aliás, desde que chegou nunca fez grande coisa. Sabe-se que o Príncipe é

uma região em que quase toda a zona é só subida, portanto, a viatura, inicialmente, só corria no centro da cidade, porque depois de estar carregada com água, já não conseguia subir. E agora a viatura está lá mesmo totalmente inoperante e creio que isto é um risco enorme para a população.

Mas o que é que eu quero pedir aqui ao Sr. Ministro, não quero entrar no orçamento dos ministérios, mesmo do governo regional, porque cada ministério está apertado com os seus problemas, é que o Governo fizesse isso, também não conheço o preço de uma viatura, que encontrasse uma solução neste Orçamento para a aquisição de uma viatura de bombeiro para o Príncipe. Para mim isto é uma questão de urgência. Eu também posso fazer isto na especialidade. Se for obrigado a fazer isto na especialidade, terei que mexer nas verbas que podem criar problemas a outros sectores. Por isso é que peço ao Governo para ter em atenção essa situação de bombeiro. Felizmente até hoje não aconteceu, porque a questão de Ponta do Sol era uma casa comboio, o fogo começou numa casa e se houvesse a intervenção dos bombeiros não teria reduzido todas as casas. Por isso que acho que esta questão é muito importante e deixo aqui à consideração do Governo, para que durante a tarde de hoje veja o que é que pode fazer em termos de mexida no Orçamento, para que na especialidade possamos encontrar uma solução para a aquisição de uma viatura de bombeiro para a Região Autónoma do Príncipe. Não acredito que a recuperação daquela viatura que está lá seja eficaz. Parece-me que aquela que está lá não dá mais nada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Comunicação Social e da Assembleia Nacional, desejo uma boa saúde e felicidade a todos.

Sr. Presidente, pelo amor de deus, nós estamos na discussão do Orçamento e quero que todos os Deputados, todos os dirigentes deste país, todas as instituições do Estado, a sociedade civil entendam a minha preocupação, como experiência de longo tempo e como gestor que sou.

Risos gerais.

Somos um só povo, uma só Nação, mas temos vários partidos políticos, cada um com o seu pensamento, mas São Tomé e Príncipe só tem uma linha de desenvolvimento, não duas. Quero que o País possa ter boas instituições do Estado, o Palácio do Povo em condições, o Palácio do Governo em boas condições, os ministérios em boas condições, boa educação e saúde, agricultura, pesca e pecuária operacionais. Gostaria também que o povo tivesse um bom salário para a sua sobrevivência. Por isso é que quero que as pessoas compreendam a minha preocupação como gestor que sou.

Sr. Primeiro-Ministro, dependemos em 95% de mãos estendidas, temos os Ministérios da Saúde e da Educação mais sobrecarregados que todos os ministérios. O paciente faz uma consulta e o médico diz-lhe que não irá para casa, terá que internar, lá ele terá pequeno-almoço, almoço, jantar, serventes, médicos, seguranças, analistas e tudo, não paga nada. Por amor de Deus! O País não produz. Meus senhores, desculpem-me, os senhores têm formação e eu não tenho. Aqui não produzimos, queremos tudo, vamos sobrecarregando o Governo, para ele realizar tudo.

Meus senhores, todos os partidos políticos, vamos analisar, estabelecer uma linha de desenvolvimento, para sabermos como defender este país, e temos agora a Covid-19. Se o Sr. Primeiro-Ministro nos disser para tomarmos cautela, já estaremos no terreno a dizer ao povo que não há Covid-19. Que tipo de país é este? Que tipo de políticos? Esses políticos acabam com o País e com o povo. Não dá! Esses políticos acabam com o povo totalmente. Por quê? Ambição poder política pelo poder! Toda pessoa quer dirigir ao mesmo tempo. Meus senhores, deixem o Governo trabalhar! Faltam 2 anos, o Governo vai para casa, outro governo vem, vamos continuar. Ambição política pelo poder arruma com este país. Esta é que é a nossa situação.

Meu trabalho está a correr bem, porque a minha mentalidade é para o desenvolvimento. Tenho boa mentalidade, digo-vos. Nunca pedi este Governo nenhum apoio. Tenho 30 trabalhadores, tenho que trabalhar para os sustentar. Fazer bons projectos, plantar para conseguir fazer salário aos trabalhadores. Sem salário os trabalhadores não trabalham. Se quiserem, perguntem na minha Empresa FELAGRI quem sou eu. O meu parceiro gosta de mim, porque quando me vem visitar, vê trabalho. O sâo-tomense não quer trabalhar, mas quer tudo.

Governo, mantenha trabalho e vamos seguir. Sr. Primeiro-Ministro, pelo amor de Deus, faça tudo para este povo!

Vamos dizer que se o Primeiro-Ministro for ao mercado de *Bobô Forro* não se recebe o Primeiro-Ministro, por causa da Covid-19? Que tipo de trabalho estamos a fazer? O Primeiro-Ministro vai para qualquer espaço do País ter com toda a gente,...

Uma voz do ADI: — Dá 30 dobras a um trabalhador.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Eu pago 30, o senhor nem paga cinco.

Risos.

Este Governo, a Assembleia Nacional, temos que fazer a nossa parte. Isso é que está a nos atrasar mais. Só estamos a contar com parceiros e não estamos a fazer a nossa parte.

Uma voz do ADI: — Anda a explorar trabalhadores.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Meu irmão, se quiseres vá trabalhar comigo. Faço-te o salário.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais membros do Governo, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Acho que no âmbito da análise reflexiva das GOP e do OGE é uma oportunidade que temos para podermos analisar este documento fundamental do nosso país.

Alguns colegas que me antecederam, nomeadamente a Sra. Deputada Maria das Neves, estava a reflectir comigo, comparando-nos com a nossa vida pessoal. Gostaríamos de ter, por exemplo, X número de camisas, calças, móveis, mas temos que repensar que recurso temos. Acho que com o Orçamento também podemos avaliar que estrutura o País tem, que fundos tem para poder reger-se. E ainda fico muito mais preocupado, por exemplo, ali na Quinta de S. António vejo água escorrendo na estrada e nós mesmo, a população, não colaboramos. O custo que tem quando se faz as estradas com alcatrão. Muitas vezes de caminho a Ponta das Palmeiras, uma, duas pontes que lá estão, as próprias pessoas da população, com machim, destroem, roubam os canos. Quem somos? Como somos? Aonde é que vamos?

Ali na direcção de Gongá, naquele leito que conduz ao riacho há um conjunto de tubos, parece-me que foi feito pela empresa chinesa. Se passarem por lá agora, já roubaram mais de 100 tubos daqueles. Quem somos? Como somos?

Queremos autocarros, queremos estradas, queremos aquilo, acolá, com que meios? Qual é a racionalização dos recursos? Qual a utilização dos mesmos? Com que fundos? Conhecendo principalmente a actual conjuntura internacional que esta pandemia Covid-19 alastrou a todos, muitas vezes trabalhamos com a cooperação bilateral e multilateral, com os rendimentos dos países amigos. E nós, o que fazemos? Com quê contribuímos? Como utilizamos as coisas? Quantas vezes vemos as viaturas do Estado, inclusive as ambulâncias, no meio do mato a carregar bananeiras, bananas, por aí fora.

Muitas vezes culpabilizamos as estruturas superiores. Como funcionam as estruturas intermédias? Os directores, os outros chefes da Administração, o que fazem, que controlo têm?

Murmúrios.

Também considero sim, meu caro companheiro e combatente. Isso é verdade! Quando lutamos com a questão de competências, isso leva-nos a analisar um dos pontos das GOP, na página 38, modernização da Administração Pública, que diz o seguinte: «O processo de modernização da administração Pública é um dos pilares para a transformação de São Tomé e Príncipe numa economia digital, condição necessária para promover um verdadeiro crescimento, um verdadeiro desenvolvimento. Este processo terá como objectivo simplificar todos os actos administrativos e legislativos e aumentar a produtividade da Administração Pública». Portanto, devemos reter esta questão. Há sectores do aparelho da Administração Pública que as pessoas que lá estão cumprem as suas funções? Às vezes culpabilizamos o Ministro das Finanças, porque não autoriza a entrada das pessoas, e as pessoas que lá estão têm cumprido cabalmente as suas funções? Dão resposta às necessidades da população e do próprio sector? Convém repensarmos todas essas coisas.

Passando de concreto para o assunto que me traz cá, mas antes disso gostaria de felicitar o Governo, porque eu soube, através dos órgãos da Comunicação Social, que este Governo fez um encontro de trabalho com o governo do Príncipe. Para mim isso é um entendimento profiláctico bastante positivo, utilizando linguagem sanitária. Há uma vontade demonstrada para o efeito. Ultimamente, alguns ministros têm ido à Região Autónoma do Príncipe. No mês passado, estive também no Príncipe, a nível privado, partilhei algumas informações com o Presidente do Governo Regional, devemos aproveitar esta vontade, porque só assim desenvolveremos.

E digo ainda mais, porque também gostaria de manifestar vontade na estrada de Milagrosa, de Fugi-fala, de Vanguarda, mas o Governo faz a racionalização, tendo em conta os fundos que tem para afectar algumas estradas do País.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que me traz essencialmente aqui é a questão do apoio às empresas, concretamente no caso do turismo. Revermos a questão do *layoff*, apoios para que não tenhamos muitos

desempregados e sei que se começou a desenvolver esta questão e gostaria de sugerir que continuasse nessa senda.

Segunda questão, é a questão da moratória, de crédito para alguns sectores, para algumas famílias, tendo em conta os empréstimos que algumas pessoas têm nos bancos, a dívida com a EMAE, um conjunto de questões que seria bom que fossem revistas.

Estive ali ao lado com a Sra. Deputada Filomena Monteiro e estávamos a ver nas redes sociais que mesmo ao nível do Hospital Central precisa-se de uma mão forte para disciplinar, orientar, administrar, apesar de o Hospital Central não ser a única questão a nível do País todo. Quero falar com alguma saudade do Dr. Pascoal. Por quê que não aproveitamos as coisas positivas das pessoas e só condenamos as coisas negativas?

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro.

O Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Na Sexta-feira, iniciamos o debate do Orçamento e algumas perguntas foram feitas, o Sr. Ministro das Finanças respondeu algumas delas, mas outras ficaram um pouco confusas, não percebi muito bem a resposta que o Sr. Ministro deu.

A primeira questão é que havia levantado o problema de como justificava o aumento das despesas de funcionamento e a diminuição do investimento público. Na sua resposta, o senhor disse, se não me engano, não percebi bem, que ao diminuir o investimento público, estaríamos no bom caminho, aumentando as despesas de funcionamento. Não percebi, por isso gostaria que me explicasse a causa desse agravamento das despesas de funcionamento.

Por outro lado, no âmbito das receitas, também o Sr. Ministro tentou explicar a importância das exportações no crescimento e que havia uma grande contribuição da Empresa AGRIPALMA no aumento das receitas de exportação, se não me enganar. Por isso, fiquei com dúvida, sabendo, de acordo com este Orçamento, o impacto das exportações no crescimento, é quase nula, é negativa, não há um impacto que possa servir.

Outra questão que verificamos também no Orçamento é o aumento das receitas correntes. Constatamos também que este aumento se deve, acima de tudo, ao agravamento da carga fiscal, e esse agravamento ainda será maior com a introdução do IVA. Por isso, gostaria de perguntar-lhe como esta situação vai ser resolvida, tendo em conta a situação caótica das empresas e a situação económica em geral do País.

São algumas perguntas que eu gostaria que fossem esclarecidas pelo Sr. Ministro das Finanças.

Vi também no Orçamento uma verba destinada a eleições presidenciais. Como não está muito claro, gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se esta verba inclui os trabalhos de recenseamento e actualização dos cadernos eleitorais. Porque não é só verba para eleições presidenciais, mas só quero saber, porque são valores total das despesas que por norma temos vindo a gastar em cada eleição, cerca de 37 mil milhões de dobras. Gostaria que nos dissesse se esta verba inclui também os trabalhos de adaptação ou de novas inscrições do recenseamento e de actualização nos cadernos eleitorais.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, equipa técnica que nos dá aqui suporte e a todos que nos seguem no Território Nacional e além fronteira, bom dia e desejo de muita paz.

Não quis socorrer-me do direito de resposta, porque achei que não valia a pena, mas rapidamente, por uma questão de princípio, tinha que vir aqui para responder ao momento que fui citado. Na altura disse e repito que entendo que deveríamos enaltecer, sim, o facto de o Governo ter dado emprego a 1200 famílias, nesse caso por ter contratado 1200 professores. Porque antes deste emprego essas pessoas não tinham nenhuma outra fonte de renda. Se isso é mau, respeito o ponto de vista de cada um, mas na minha óptica proporcionar uma renda, uma alternativa a quem se encontrava no desemprego é algo de enaltecer. Opinião contrária remete talvez a estado de espírito contrário.

Continuo defendendo e vou fazê-lo com todas as forças, enquanto o Governo estiver no sentido que entendo, que o meu Partido entende, que outros partidos que fazem parte da Coligação com o meu partido entenderem, que vai no sentido de beneficiar o povo de São Tomé e Príncipe, sempre que tal for, vou defender e assim continuarei a fazer.

O Deputado disse aqui que o Ministro da Agricultura deveria demitir-se ou ser demitido, porque insultou um cidadão. Bem, confesso que não conheço o teor, nem o contexto da comunicação do Ministro, vou procurar informar-me e falar com o Sr. Ministro, entretanto, embora muitos não gostem quando faço isso, tenho que apelar às pessoas a fazerem um retrocesso, botar o cérebro a funcionar. Lembrar sim, porque houve na história recente de São Tomé e Príncipe, um chefe de governo que chamou o povo de bêbado. Chamou taxistas, palaiés, motoqueiros, disse e todo mundo viu e ouviu. Por quê na altura o Sr. Deputado

Abnildo não pediu ao Sr. Primeiro-Ministro para se demitir? Questão de coerência. Que pedisse, Sr. Deputado. Agora, como lhe convém apontar o dedo ao Sr. Ministro da Agricultura, eis que o senhor vem, na veste de maior puritano do universo, pedir que ele seja demitido. Se o tivesse feito no passado, concordaria consigo agora. Não é por aí que as coisas devem continuar a andar.

Outro aspecto importante, já por várias vezes o Sr. Deputado defendeu aqui a necessidade de homem do Estado manter uma determinada coerência, até subscrevi, mas fez-me confusão quando disse que hoje em dia se o Primeiro-Ministro pedir ou aconselhar a determinados seguimentos da nossa população para manter o distanciamento, esse seguimento não iria acatar, não iria seguir. Acho que o homem de Estado, como tenta mostrar, deveria apelar no sentido de, sabendo quais são os riscos que existem e sabendo de antemão o cenário que estamos a viver ao nível de São Tomé e Príncipe e ao nível do mundo em geral, pensar na vida e saúde dessas pessoas e apelá-las a acatarem as orientações do Governo, nunca de forma camuflada apelar à desobediência.

Sinceramente, tenho dificuldades com esse tipo de cenário, mas enfim, «cada cabeça sua sentença».

Gostaria de agradecer, do fundo do coração, ao Sr. Deputado por ter-se lembrado e citado a estrada de Madalena. Já o fiz aqui em 2015, 2016, 2017 e não se lançou nenhuma pedra, continuei em 2018, 2019 e agora para 2021 está inscrita, só que pecou num aspecto, parece que não conhece bem aquela área, anda pouco por lá, a estrada é *Bobô Foro*, Madalena, Desejada, porque de Desejada para S. Amaro está num estado que se aceita, tendo em conta a realidade do País. Mas, seja como for, obrigado por se ter lembrado desta via.

Para terminar, queria chamar atenção e alertar o povo de São Tomé e Príncipe pelo seguinte: é direito dos Deputados reclamarem, apresentarem propostas, apresentarem alternativas para melhoria da situação de vida da população. Quem não o faz está-se despindo de uma das suas missões. Entretanto, tal como alguém já o fez aqui, na Sexta-feira, queria alertar o povo para o seguinte: é verdade que não estamos ainda satisfeitos com a situação do nosso São Tomé e Príncipe, todos nós, o Governo, a Assembleia Nacional, a população, todos nós. Todos nós estamos comprometidos e queremos que o País vá no sentido de desenvolvimento, que as pessoas tenham melhores condições de vida. Agora, é também verdade que não podemos, de forma alguma, exigir deste executivo, que tem 2 anos, a solução de todos os problemas deste país, que já vêm há longos tempos.

E eu vou dizer uma coisa básica: dizia alguém aqui que, dos últimos 10 anos para cá, o ADI governou este país 6 anos, mais do que metade. Se tivessem lançado bases profundas e verdadeiras para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, nós estaríamos noutro estágio. Como não o fizeram, eis-nos aqui.

Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, boa-sorte! Conte connosco!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Técnicos que nos assistem e nos apoiam, da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, povo de São Tomé e Príncipe, bom dia. Gostaria, antes, de fazer uma nota prévia. Na intervenção que fiz há bem pouco tempo, houve um pedido de desculpas, em relação a uma intervenção que eu tive. Eu quero dizer que sou muito responsável nas intervenções que faço e aquele pedido de desculpas vincula apenas quem o pediu, porque eu, em nenhum momento, ofendi alguém. Apenas quis comunicar e é assim que se comunica em Saúde, para que o povo entenda do que é que se está a falar. Existem várias doenças com nomes de pessoas: doença de Parkinson, doença de Chaga, doenças de Peyronie e não se pede desculpas a nenhuma dessas pessoas. O povo tem tendência de dar nomes às coisas e aos factos. Há um canivete que se chama Maria, vai-se pedir desculpas a quem? Qual Maria? Há a faca «cu de Bia», desculpem a expressão, mas vai-se pedir desculpas a quem? Se não se usar esse nome, o povo não vai entender de que é que se está a falar. Por isso, eu sou muito responsável nas minhas intervenções e gostaria de dizer que esse pedido de desculpas vincula apenas a quem o pediu.

Bom, em relação às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento Geral do Estado, eu penso que o percurso que fiz na Saúde e a experiência que eu acumulei não me permitem ficar calado, nem que eu deixe de partilhar certas experiências, durante a minha passagem por este Ministério. Quando nós estávamos no Ministério da Saúde, houve a necessidade de se avaliar a possibilidade de se instalar um serviço de hemodiálise, que se fala nas Grandes Opções do Plano. E um levantamento efectuado, após visitas de estudo em Seychelles e em Angola, deu-se a entender que os custos desse serviço eram à volta de 1200 dólares, por pessoa, por semana, sem falar da necessidade de água, que em Angola ainda se importava, energia 24/24, existência de um laboratório de imunopatologia, para exame de histocompatibilidade, uma equipa que incluía cirurgiões e hematologistas, nefrologistas, enfermeiros especializados, e é preciso ter-se em conta que um serviço desse necessita de pensar no objectivo final da hemodiálise que é o transplante de órgãos, e o transplante exige antes um estudo de compatibilidade e doadores. Quem é doador aqui em São Tomé e Príncipe? Portanto, esses aspectos devem ser devidamente ponderados, antes de se instalar um serviço de hemodiálise, o que não impede que se pense muito rapidamente na necessidade de se ter em conta um litro ou dois, para casos de urgência.

Em relação ao Hospital Central, a minha intervenção prende-se com o facto de se dizer que a saúde está catastrófica. Eu, enquanto técnico e especialista na área de saúde pública, tenho que clarificar conceitos. Saúde realmente não é só o Hospital Central, e não podemos estar sempre a colocar o País em baixo, quando há aspectos que devem ser realmente enaltecidos. Falou-se aqui da cobertura vacinal, falou-se aqui de doenças que já não existem entre nós, em São Tomé e Príncipe, trabalhámos para eliminar, fala-se do pólio e outras; falou-se aqui na luta anti palúdica, tivemos resultados muito bons, inclusive com prémios internacionais na luta contra a tuberculose, sida e outras doenças que nos colocam em patamares bons. Agora, é preciso falar-se em assistência hospitalar, um hospital de 458 camas que se nós estivermos a falar apenas de uma cobertura de 90%, em termos de medicamentos, se cada um estiver a tomar dois comprimidos, três vezes ao dia, nós teríamos, pelo menos um milhão e tal de comprimidos que a Saúde tem que garantir, por ano. Estou a falar só de comprimidos. Não estou a falar de consumíveis, não estou a falar de mais nada.

No dia do ano novo, houve 47 casos de traumatismo e não fazem ideia de qual é o consumo, em termos de medicamentos e consumíveis, para esses casos de traumatismos. Vimos um indivíduo, jovem, que perdeu três dedos, e não vimos lá ninguém com pano africano na mão. Vimos pessoas com gazes! Por isso, é preciso nós sermos comedidos nas nossas intervenções e trabalharmos para ultrapassarmos os estrangulamentos que se nos colocam, em relação à questão de medicamentos. E se formos a um histórico, é bom dizer que várias intervenções contribuíram para esses estrangulamentos que nós vivemos hoje. E eu repito, a questão da INFARMA foi uma dessas intervenções, uma opção má. Quando se vai buscar um intermediário para comprar a um fornecedor que nos fornece directamente, a pretexto de medicamentos mais baratos.

Uma outra questão tem a ver, por exemplo, com a não assinatura do Acordo com o Projecto de Saúde para Todos, em 2015, que sustentava a ida e a presença de especialistas no terreno...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado não tem tempo, mas o Governo dá 5 minutos e o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, também dá 5. Portanto, pode continuar apenas com o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e depois, se for necessário, passar para...

O Sr. Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD): — Muito obrigado.

Portanto, em 2015, decidiu-se não assinar acordo com o Projecto Saúde para Todos e não se tinha outras alternativas. O que é que aconteceu? Todos os serviços de especialidade que se prestava a nível dos distritos foram estrangulados. E toda gente, vindo dos distritos, hoje, vai ao Hospital Central. E não me venham dizer que já estão há 2 anos, porque não é fácil, depois de se tomar uma atitude dessas, pedir ao Projecto para ir buscar financiamento agora para o ano 2020. Não é fácil! Portanto, há questões de organização e uma ou outra decisão que se toma, que depois põe em causa e complica muito toda questão que tem a ver com a complexidade e instalação de serviços, complexidade de funcionamento de serviços, medicamentos.

Eu repiso, realmente, em 2010, porque a experiência de 2006, 2010 nos indicava que era preciso tomarmos essa medida, porque a cada concurso havia uma impugnação, quem não ganhava impugnava, então, levava 5, 6 meses e a gente não conseguia importar medicamentos. Depois é o COCIL, é o Tribunal de Contas, portanto, todo esse processo levou um atraso no fornecimento de medicamentos que era preciso ultrapassar. E nós conseguimos, realmente, com a ajuda das Finanças, um acordo global, e nós podemos fazer esse acordo agora. 2 milhões, por exemplo, de dólares para importar medicamentos, um acordo global. E depois, parcialmente, vai-se importando, na base de um concurso único, até que feche os 2 milhões. Depois faz-se um novo concurso! É uma experiência que pode ser capitalizada e nós evitáramos estar a fazer concurso para 100 000, 50 000 e criar-se todos os estrangulamentos que nós criamos à volta dos medicamentos. Nós fizemos isso. Pelo facto de não terem entendido essa nossa intervenção, em 2010, e terem anulado esse concurso, deu-se naquilo que deu, depois viemos ter que cair na INFARMA, com todos os constrangimentos que advieram depois disso.

Então, meus senhores, este país é nosso, é preciso que nós pensemos profundamente e demo-nos realmente as mãos, para que as intervenções possam ser consensuais, e não aquelas tomadas de forma emocional e que realmente nos causam sérios problemas.

Muito obrigado, fico por aqui.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Antes de mais, gostaria de cumprimentar a todos, começando por si, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe, a todos auguro um bom ano e que tudo de melhor possamos, individual e colectivamente, conseguir neste 2021. Penso que não será uma tarefa muito difícil em relação ao ano passado, que foi, como sabemos, dramático, mas o dramatismo, obviamente, também nos espera neste ano. Não será um ano fácil para todos, para o País.

Por motivos de força maior, não estive no início da discussão, na Sexta-feira, por isso, peço desculpas, se serei aqui repetitivo em partes da minha intervenção sobre o OGE e as GOP. Já ando nesta Casa há 10 anos e acho que as pessoas já conhecem a minha opinião sobre estes instrumentos, principalmente no que concerne à sua discussão, quer na generalidade quer na especialidade, tendo em conta a nossa realidade socioeconómica e atendendo que a esmagadora parte desse instrumento de arrecadação dos valores desses instrumentos não vêm do nosso próprio suor, do nosso próprio trabalho, mas sim, das ajudas. Por isso, várias vezes disse e tenho dito que, às vezes, discutimos aqui e fazemos muito barulho e nem sabemos se iremos conseguir, de facto, que os nossos parceiros consigam nos ajudar nisso. Por isso, não tenho, em termos concretos, opiniões sobre o Orçamento, mas gostaria de trazer aqui uns princípios que são necessários nós atingirmos para a materialização desse desiderato, que é a resolução dos problemas mais candentes da nossa população.

Mas já que estamos no âmbito da generalidade, Sr. Presidente, permita-me dizer algumas coisas, como forma do meu contributo.

Sr. Primeiro-Ministro, eu havia feito uma intervenção, há uns meses, e eu dizia que o seu Governo estava no período de graça, não sei se recorda com isso, e que, tendo em conta o ano e toda a conjuntura envolvente na tomada de posse, a situação difícil, económica e financeiramente daquele momento, de tudo que aconteceu, nas eleições, pós-eleições, até à sua investidura, e com os atrasos nos orçamentos dos nossos parceiros, etc., etc., aquele ano foi um ano para esquecer. Depois havia dito que o senhor teria mais algum tempo, mas como deve perceber o seu tempo já se esgotou. O seu tempo de período de graça. Agora tem mais um elemento que lhe vai ajudar, e tem-lhe ajudado, verdade seja dita, que é a Covid-19. Não ajuda o País, não ajuda o Governo, não ajuda o povo, não ajuda a nossa situação económica, a nossa saúde e tudo, mas em termos de governação, o seu Governo como qualquer outro teria sempre a desculpa da pandemia para uma ou outra situação.

A sua sorte, diria, Sr. Primeiro-Ministro, é que, na minha modesta opinião, o senhor está a governar sem uma real oposição. O senhor não tem oposição. E eu digo isto, porque liderei uma oposição bem recentemente. E alguns membros do seu Governo também foram membros daquele governo, e fez-se oposição. Hoje, a oposição que tem, ainda com a fragilidade do Governo, reconhecidamente, pela maioria que tem, tem mais oposição da sociedade civil, mais oposição da diáspora, do que do partido que está hoje na oposição, que é o meu Partido o ADI. E se digo isto é porque eu vou acompanhando atentamente a vida política, como é óbvio, também estou no jogo político, e digo que a oposição não se faz com comunicados, a oposição não se faz só nas redes sociais, a oposição faz-se de outras formas, para de facto mostrar ao povo que existe alternativa a este Governo. Mas o senhor tem esta sorte que eu não encontrei em todos os governos que passaram por São Tomé e Príncipe. Não me recordo. Os governos da Primeira República tinham um sistema político próprio, que fazia ele próprio uma oposição forte ao governo. Havia um escrutínio terrível do próprio sistema.

Na segunda República já não estava, no início, já não estava em São Tomé, saí de São Tomé em 91, mas, mesmo lá fora, ia acompanhando, não é como hoje que temos mais instrumentos, mais mecanismos de acompanhar a vida política, com mais regularidade, na altura não havia, mas mesmo assim eu acompanhava. E eu recordo-me do início da Segunda República, com o Partido PCD no poder e o Partido MLSTP na oposição. E os dois governos do PCD tiveram de facto oposição aqui, mesmo nesta Casa Parlamentar e não só, do Partido MLSTP. Todos os outros primeiros-ministros que vieram depois, Carlos Graça, o saudoso Raúl Bragança, Armindo Vaz e todos os outros tiveram de facto oposição.

Quando eu cheguei, no ano 2000, o Primeiro-Ministro era o Sr. Guilherme Pósser da Costa. Eu recordo da oposição que havia. E nos últimos anos, como já disse, já mais por dentro, vi o que é oposição. Por isso, para mim, a dificuldade está aí, porque quando um governo não tem uma oposição, a democracia está em risco. Eu nunca mudei a minha forma de pensar. Não significa que não se pode mudar de opinião. Só os imbecis é que não mudam de opinião. Eu, num passado recente, na altura que o MLSTP estava na oposição e o ADI estava no poder, eu dizia várias vezes que nós não tínhamos uma oposição à altura.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua oposição, hoje, não tem instrumentos legais, constitucionais e jurídicos para fazer oposição. Se tivessem, aí o senhor teria mais dor de cabeça do que tem hoje.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão e de todos que me escutam, eu já disse que nós estamos e parece que este poder também está a embarcar em algo muito perigoso. Eu já tenho dito há algum tempo que nós estamos num caminho errado, pela forma de fazer política, uma política de ódio, de perseguição, de selecção, de afastamento, de outras coisas mais, dentro e fora. Partidos contra outros partidos, dentro dos próprios partidos, não é só no ADI, no MLSTP também. Enfim, nós estamos a direcionar-nos num caminho muito errado e que é preciso darmos conta de que é preciso alterar isto.

Eu ando num processo reflexivo, Sr. Primeiro-Ministro e todos que me escutam, e cheguei à conclusão de uma análise mais calma, mais ponderada de que o que está a acontecer no nosso país, e podem pensar até que o que eu estou a dizer não tem a ver com o Orçamento, mas tem, são princípios que vão desembocar lá no Orçamento. Estamos na generalidade, por isso vou falando assim.

Há um tempo a esta parte, foi introduzido no País, eu acho maquiavelicamente, um plano para dividir o País em duas partes.

O Sr. Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD): — Kêi!

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — E nós não estamos a perceber e estamos a entrar exactamente no plano. Todos nós!

Quando eu cheguei, no ano 2000, sempre existiu política, existiam partidos políticos: MLSTP, o ADI, o PCD, o MDFM, que na altura estava no poder, na pujança, e outros partidos, mas nunca houve essa crismação, esse sentimento que põe pessoas contra pessoas, famílias contra famílias, amigos contra amigos, vizinhos, colegas! Nunca houve isso! Eu ia para ambientes, festas de pessoas políticas de um partido, outro partido, de uma casa para outra, baptismos, aniversários e via pessoas de partidos. Não havia o que existe hoje! Então, o que é que mudou? Paremos e pensemos. Eu ando a fazer essa reflexão! Isso começou quando, dessa forma?

Esse ódio, que é incrível, começou quando? Então, vamos reflectir todos. É um plano maquiavélico para dividir o País em duas partes. O País está dividido em duas partes, em todas as instituições. Todas! Nas forças de segurança, nas forças de defesa, nos tribunais, na sociedade civil que se fala! Eu estive, como Secretário-geral, quase 9 anos, e quando nós estávamos no poder, 4 anos, bem recentemente, havia uma sociedade civil e havia uns rostos da sociedade civil que hoje desapareceram. Já não existem. Uns são directores, estão nos tachos, estão nos gabinetes, outros viajaram. Os rostos da sociedade civil, quando nós estávamos no poder, já não são o rosto da sociedade civil. Hoje mudou. Conforme muda o poder, muda a sociedade civil. É uma sociedade civil, até certo ponto, covarde, porque não quer fazer política, mas faz política, através da sociedade civil. Eu digo covarde, porque não querem fazer política, mas fazem política, usando o nome da sociedade civil. Todos! Os do passado e os de hoje. Por isso, e eu volto a dizer, esse plano foi traçado, está sendo traçado, está sendo cumprido, nós não estamos a perceber e alguns políticos estão a entrar no próprio plano, metendo toda gente na política. Se estás comigo, estás comigo! Se não estás comigo, estás contra mim.

Mesmo que tu não faças política, então é porque estás do outro lado. É assim que nós estamos. Analisemos a nossa sociedade! Todos os Tribunais: o Tribunal Constitucional, que foi criado recentemente por nós, o Tribunal Supremo, Primeira Instância, Tribunal de Contas, o País está dividido. Mesmo quem não quer entrar, entra, porque é um plano que está a ser montado. E nós não estamos a perceber. E é grave! É preciso nós accordarmos rapidamente, porque o objectivo deste plano, normalmente há uma frase que se diz, é dividir para reinar, mas eu acrescentaria, dividir para roubar o povo!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Eu não quero palmas! Eu quero que me escutem com atenção. Mais uma vez, eu agradeço as palmas, não é por uma questão de arrogância, de prepotência, eu quero que me escutem com atenção, ninguém está fora disto!

Uma voz do MLSTP/PSD: — Tudo bem!

N O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Inguém está fora disto! É um plano, para dividir o País, porque quando se divide o País, da forma que está, quando eu estou no poder, eu uso e abuso do poder com autoritarismo, com tudo, e se os outros disserem alguma coisa, ah é oposição, é outro lado. Mesmo que seja uma instituição a dizer, é outro lado! E a coisa inverte-se. Quando eu não estou no poder, é perseguição, mas todos usam, está dentro dessa estratégia, para não dizer que eu estou a falar de uns e de outros. Todos! Quando eu estava no poder, os senhores também diziam que o ADI estava a vos perseguires. Também diziam! Não é só hoje que a oposição diz que o poder está a perseguires.

Quantas vezes eu falei com pessoas do MLSTP, falei com pessoas do PCD, pessoas de outros partidos. «Levy, o que é que eu vos fiz? Vocês estão a me perseguires!» Eu disse, eu, Secretário-geral do ADI, estou a perseguires? Como? «Vocês estão a me perseguires!» Perseguição! Quantas vezes não foram para as Nações Unidas, Embaixadas, o poder de hoje, que era oposição na altura, acusar o ADI que estava a perseguires? Hoje, é o contrário, hoje dizem que o poder é que está a perseguires o ADI. Isso é para vocês perceberem que o plano está a ser executado, e nós estamos a dormir, fazendo política aqui. É a nova forma de autoritarismo populista, que se nós não nos apercebermos, estamos todos afunilados para o abismo, para a desgraça.

A minha esposa ofereceu-me, como prenda do Natal, este livro, e eu já acabei de lê-lo. Que livro! Não é em vão também que a autora foi vencedora do prémio *Pulitzer*. Uma senhora americana e polaca, tem dupla nacionalidade, *Anne Applebaum*. Eu peço a todos para lerem este livro, se puderem comprá-lo, especialmente nós que fazemos política, para nos apercebermos do que é que está a acontecer. O título é o *Crepúsculo da Democracia, o Fracasso da Política e o Apelo Sedutor do Autoritarismo*.

Murmúrios.

Não quero vos cansar e não podem me acusar hoje de roubar muito tempo, porque eu não estive na Sexta-feira. Por isso, houve tempo suficiente para todo mundo falar.

Rapidamente, sem também abusar, obviamente, vou ler algumas passagens, para perceberem aquilo que eu vinha dizendo. «Volvidas quase duas décadas, eu atravessaria agora a rua para evitar algumas das pessoas que foram à minha festa do ano novo. Elas, por seu turno, não só recusariam a entrar em minha casa, como teriam vergonha de admitir que alguma vez lá tinham estado. Na verdade, quase metade das pessoas que foram àquela festa não falaria com a outra metade. A desavença é política, não é pessoal.»

Outra passagem desta magnífica obra, *O Crepúsculo da Democracia*, faz a distinção de uma predisposição autoritária e a predisposição libertária, aquele de índole de autoritarismo e aquele que tem índole de liberdade. E diz o seguinte: «Personalidade autoritária é um indivíduo radicalmente só, que sem quaisquer outros laços sociais com familiares, amigos, camaradas ou até meros conhecidos, obtém o sentido de lugar no mundo apenas da sua pertença a um movimento, a sua filiação no partido.» Diz mais que «Essa predisposição autoritária pode estar presente necessariamente, se manifestar no seu oposto uma predisposição libertária.» Como já havia dito.

«Os autoritários são pessoas com deformação de personalidade. São pessoas, em certo ponto, doentes. O autoritarismo apela simplesmente a pessoas que não conseguem tolerar a complexidade, não há nada intrinsecamente na ala esquerda ou na ala direita, nesse instinto. É anti pluralista, desconfia das pessoas com ideias diferentes, é alérgico ao debate intenso, ...».

«Os autoritários precisam de pessoas que poderão dar voz aos rancores, manipular o descontentamento...»; cuidado com essa sociedade civil que se fala aqui, «...canalizar a fúria e o medo, imaginar um futuro diferente. Precisam de membros da elite intelectual e culta, que, por outras palavras, os ajudam a lançar uma guerra contra a restante elite intelectual e culta. Mesmo se nela estiveram os seus colegas de universidade, ou de trabalho, ou os seus amigos e companheiros.» E não é palavra de Levy, está escrito, ganhou prémio, esta obra. E sem vos cansar mais, dizer que «...uma investigadora observou que a atracção para autoritarismo, para as pessoas cheias de ressentimento ou mal sucedidas, substitui, invariavelmente, todos os outros melhores talentos, independentemente das suas simpatias, por excêntricos e imbecis, cuja falta de inteligência e criatividade é assim a garantia da sua lealdade.» Podem comprar, Sr. Presidente, esta obra é magnífica.

Para terminar, «Não há nenhuma solução definitiva, nenhuma teoria que possa explicar tudo. Não existe nenhum mapa para uma sociedade melhor, nenhuma ideologia didáctica, nenhum regulamento. Tudo o que podemos fazer é escolher os nossos amigos, os nossos camaradas, como ele os apelida, com muito cuidado, pois só com eles juntos é possível evitar as tentações das diferentes formas de autoritarismo novamente disponíveis. Todas elas dividem e polarizam, separam as pessoas em facções antagónicas. Lutar contra elas implica fazer novos ajustes para que possamos voltar a atribuir significado a velhas palavras mal compreendidas, como o liberalismo. Juntos podemos lutar contra as mentiras, os mentirosos. Juntos podemos repensar a configuração que a democracia deveria ter numa era digital.»

Sobre esta obra é o que eu sublinhei, o que achei importante dizer aqui hoje, mas, no final, quem quiser apontar bem, para encomendar, que é uma obra que todos os políticos devem ler, que é muito actual.

E ao ler esta obra, Sr. Presidente, eu tive a certeza dos meus pensamentos, enraizou a minha convicção de que, de facto, nós estamos num caminho errado. Por isso, o que é preciso fazer agora é sairmos desta situação. Temos que sair deste caminho perigoso em que nós estamos a entrar. E eu não sou bom cantor, mas às vezes é bom ir buscar frases de músicas nossas, muito conhecidas, que é bom termos presentes algumas vezes nas nossas vidas. Há uma música de Sun Alvarinho, todo mundo conhece, que diz: «Óla bandéla dêcê, é tê uê sotá auá uê, olá bandéla subli, mundo gingá». Era o sonho naquele tempo. Onde é que foi esse sonho? Desapareceu! Onde é que está tudo isso? Depois dizia: «E cumá vedé sa unwá só Dôzê di Julho flá é chigá é, pundá quá n'guê, celá a tlegué mé». Então, entregaram-nos isso para quê? Esse sonho de 45 anos foi para quê? Essa luta, esse sacrifício dos nossos antepassados valeu o quê? Então, vamos todos hoje, todos, não importa, todos vamos sair daqui, vamos andar nas ruas, vamos para os distritos, vamos para as comunidades, vamos para todo o lado, ver como o nosso povo está. E nós dizemos que somos representantes do povo. Somos realmente representantes deste povo? Formalmente, somos. Somos Deputados, somos ministros, somos isto, temos cargos, temos funções, mas nós estamos a representar este povo há 45 anos. Eu não estou a dizer qual governo. Este, o anterior, 45 anos. Vamos ver o nosso país. Vamos continuar nisso? Eu tenho dito que os problemas de São Tomé já estão identificados! Há estudos, pareceres, fórum, conselhos, união nacional, palestras e mais palestras, está tudo escrito. E de tudo isso que está escrito, eu cheguei à conclusão que só duas conclusões estão em todos esses documentos. O problema de São Tomé e Príncipe está nos sâo-tomenses. Está em nós. Mas há uma outra conclusão também: a solução para esses problemas está em nós. Somos nós que temos que resolver os nossos próprios problemas. Então, porque é que nós continuamos doentamente a insistir nos problemas e não enveredarmos para a solução desses mesmos problemas? Daí, continuarmos alegoricamente presos, todos a pensar que estamos a fazer muita coisa bonita aqui, muda governo, vem governo, mudam governo, o País está como está, estamos todos acorrentados, alegoricamente, como disse Platão, a olhar assim uma luz dentro desse buraco platónico, é onde nós estamos, e a dizer: um dia, um dia, um dia! Esse dia vai chegar, quando? Temos que ser nós a pormos a mão nesse dia.

Daí uma segunda música, que tem a ver com aquela primeira: «*Chi nón glítá uwa viva punda nón xê ni baçu mon colonu ê...*

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — *Kúa cu bila tê lutá di nón cù nón ê?...*

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — *Chi nón glítá uwa viva pundá nom chê ni baçu mon colonu ê, kuá cu bilá tê luta cê di non cu nom ê?* Então, vamos sair disso juntos. Se se perguntar, Levy, qual é a solução? Sr. Primeiro-Ministro, eu, honestamente, humildemente, não tenho a solução, mas eu tive um sonho.

Risos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Maiquel do Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Pode sonhar.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Eu não tenho um sonho. *Martin Lutter King* teve um sonho, eu sonhei e eu vou partilhar esse sonho convosco. Eu sonhei, e Deus quer, porque o homem sonha e a obra nasce, se assim entendermos. Eu sonhei que nós paramos o País, mas sem guerra. Eu sonhei que nós paramos o País. O País parou, sem guerra, sem violência, sem morte. Porque se nós não reflectimos sobre isso, vamos chegar lá, espero que não, mas é o caminho que está a direcionar, daqui a pouco. Então, eu sonhei que nós decidimos parar o País, nós todos. Os partidos políticos, a sociedade civil, a diáspora, com o apoio dos nossos parceiros que sempre nos apoiaram: Nações Unidas, PNUD e não só, decidimos parar e suspender a Constituição nalguns artigos, em 5 anos. Suspender. Não há eleições presidenciais este ano, não há eleições autárquicas este ano. Pode ser uma aberração do meu sonho, mas eu tenho o direito de sonhar. Pelo menos isso, têm que me deixar sonhar. E o actual Presidente da República continua em funções nesses 5 anos, reduz-se o Parlamento para 20 deputados, desses 20, os partidos com assento parlamentar proporcionalmente, de acordo com a sua proporcionalidade, indicam os seus deputados, 15 deles, porque um deles tem que pertencer ao Movimento de Caué, porque mesmo não tendo a bancada, tem representação. Logo, catorze parta os outros, distribuídos proporcionalmente, e um para o Movimento de Caué. Só vinte deputados.

O Sr. **Maiquel do Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Mas 20 que trabalham.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Dêem a esses deputados todas as condições, mas com um conjunto de medidas de reformas que o País precisa para 5 anos, porque a Constituição está suspensa para 5 anos.

Reforma da Justiça inclusiva. Os Tribunais continuam, mas tem-se que fazer a reforma da Justiça; reforma das Forças de Segurança e da Defesa; a reforma da terra, a lei da terra; reforma fundiária, não é aquela reforma fundiária que houve, a reforma da lei da terra; reforma política administrativa do País; reforma da Administração Pública; reforma no sistema nacional de saúde, reforma na educação. Eu sonhei e todos a trabalharmos.

O Presidente da República é assessorado por consultores contratados pelas Nações Unidas. Os ex-Presidentes da República são conselheiros do Presidente da República, todos são chamados, porque todos nós temos responsabilidades, cada um à sua medida. Como o Calú Mendes cantou: «*Ninguém está isento desta culpabilidade*».

O Governo, peço desculpa, Sr. Primeiro-Ministro, é o meu sonho, todos para casa.

O Sr. **Maiquel do Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Kêi!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Faz-se um concurso público internacional, com consultores internacionais contratado pelo PNUD, Nações Unidas, todos os quadros nacionais têm direito a participar, os que estão na diáspora, os que estão em todo o canto do mundo e que queiram dar a sua contribuição nesses 5 anos, para fazermos essa reforma do Estado, a reforma do sistema político também.

Governo só de sete ministros e um primeiro-ministro. Concurso público! E não são são-tomenses que vão ser membro do júri. Podem assessorar, para dar ideias, porque tem que ser alguém que percebe o que é que aconteceu neste País durante esses anos todos. E fazemos a dita reforma.

Vamos chegar a um consenso, suspendermos a Constituição! 5 anos depois, depois dessas reformas todas, dá-se prazos aos partidos para prepararem e apresentarem a candidatura. Com uma nova lei, uma nova estrutura do Estado e com um plano nacional de desenvolvimento, porque todos os partidos estiveram presentes nesse plano, elaboraram esse plano, e todos os governos que vierem terão que seguir esse plano. Depois, eleições presidenciais, eleições legislativas.

Mesmo para as eleições legislativas, eu tenho uma proposta, nesse meu sonho: metade dos deputados, continua sempre a reduzir, mesmo depois dos 5 anos, redução do Parlamento para 5 deputados, que realmente vão trabalhar! E desses deputados uma metade é eleita pela lista dos partidos, a ditadura dos partidos, e outra metade é eleita por círculos nominais. Cada um candidata e o povo é que escolhe, para

permitir que a sociedade civil e a diáspora possam também concorrer e ser deputados, para se ver quem será deputado aqui.

Por isso, sem alongar mais, Sr. Presidente, este é meu sonho.

Eu termino, peço desculpas, se fui longo. Um amigo meu, mais velho, com quem falo e me dá muitos conselhos, conversamos muito, enquanto estive fora do País, mandou-me um texto que eu gostaria de ler para terminar e peço a vossa atenção, por favor, para partilhar convosco: *Durante a nossa vida, causamos transtornos na vida de muitas pessoas, porque somos imperfeitos. Nas esquinas da vida, pronunciámos palavras inadequadas, falamos sem necessidade, incomodámos. Nas relações mais próximas, agredimos sem intenção, ou intencionalmente, mas agredimos. Não respeitamos o tempo do outro, a história do outro. Parece que o mundo gira em torno dos nossos desejos e o outro é apenas um detalhe. E assim vamos causando transtornos. Esses tantos transtornos mostram que não estamos prontos, mas estamos em construção. Tijolo a tijolo, o tempo da nossa história vai ganhando forma. O outro também está em construção e também causa transtornos. E às vezes, um tijolo cai e nos machuca. Outras vezes, é cal ou o cimento que suja o rosto. Quando não é um é o outro. E o tempo nós temos que nos limpar e cuidar das feridas. Assim como os outros que convivem connosco também têm de o fazer. Os erros dos outros, os meus erros, os erros dos outros.*

Esta é uma conclusão essencial: todas as pessoas erram. A partir dessa conclusão, chegámos a uma necessidade humana e cristã, o perdão. Perdoar é cuidar das feridas e sujeiras, é compreender que os transtornos são muitas vezes involuntários, que os erros dos outros são semelhantes aos meus erros e que como caminhantes de uma jornada é preciso olhar adiante. Se nos preocuparmos com o que passou, com a poeira, com o tijolo caído, o horizonte deixará de ser contemplado e será um desperdício.

O convite que faço é você experimente a beleza do perdão, é um banho na alma, deixa a leva, se eu errei, se eu o magoei, se o julguei mal, desculpe-me por todos esses transtornos, mas estou em construção. Citação do Papa Francisco.

Muito obrigado pela vossa atenção!

Aplausos do Governo, do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, pela sua extensa explanação e contribuição cívica e moral.

Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu venho cá, na qualidade de uma cidadã humilde, com muitos desejos em aprender e lutar, junto aos meus irmãos e minhas irmãs são-tomenses, para lá onde for chamada conseguir cumprir com zelo e dedicação as minhas funções.

Eu venho cá só por uma questão de coerência, porque nós, na Quinta-feira, quando defendímos o orçamento da Assembleia Nacional, no período antes da ordem do dia, no período em que se aflora questões políticas de interesse relevante, nós estivemos a ver a questão de saúde, e eu achei coerente vir agora que temos o Governo cá presente, também reforça-la. Na altura nos pusemos todos de acordo que a questão de saúde realmente era uma questão que precisava ser debatida.

Eu não trouxe questões técnicas orçamentadas, mas é para dizer, contrariando um pouco o meu amigo, que realmente não podemos vir cá defender que a situação da Saúde é boa. Não podemos! Temos a cobertura vacinal de 90%; tudo bem, mas se fosse o País, o nosso Orçamento, a ter a participação máxima, teríamos essa cobertura, quando mesmo no maior centro hospitalar do País falta o paracetamol? Todo esse *blá, blá* que andamos a fazer aqui, a defender, vai melhorar a situação da Saúde e do País, onde falta quase tudo? É verdade que vão dizer também que se houvesse todos os medicamentos, eles seriam ministrados como são prescritos? Porque agora, dos que existem, se passam cinco, o paciente só vê dois. Realmente é uma questão muito mais profunda do que Centro Hospitalar, o edifício. É uma questão também de mudança de mentalidade para a questão de saúde. Se a alguém foi dado uma quantidade para ministrar a um doente, ele deve saber que a vida desse doente depende desses medicamentos e não o usar para outros fins.

Depois de tudo que aqui foi dito, era um bocado difícil vir cá, mas eu vim cá, sem problemas nenhuns, porque eu quero ajudar.

Sr. Deputado Maiquel, na Quinta-feira, veio cá, fez uma lavagem cerebral em todo mundo, dizendo que temos que dar as mãos, realmente, para nós resolvemos esta questão.

Sr. Primeiro-Ministro, não há medicamentos. Vamos tentar ver se depois dessa discussão toda o Ministro da Saúde mais o Primeiro-Ministro e todo o resto consigam encontrar um meio para conseguir importar medicamentos essenciais. Há ruptura de medicamentos essenciais no País. Não vamos recuar ao passado da INFARMA ou coisa qualquer. Vamos procurar tentar ver o que podemos fazer daqui para frente. Se a INFARMA não está a dar, vamos procurar outra situação. Não podemos estar a lamentar a história do passado! Se achamos que o passado não foi bom, vamos procurar uma forma de melhorar para o futuro.

Portanto, das políticas todas que podemos fazer, não podemos fazer política com a saúde. Não venho cá por mérito próprio. Venho cá para, mais uma vez, juntar a minha voz às vozes que gritam pela Saúde. A Saúde está enferma! Infelizmente, iríamos ter um debate sobre o estado da Saúde, mas o Sr. Ministro ficou doente. Espero bem que esteja melhor! Se não, rápidas melhorias, Sr. Ministro da Saúde, para um dia conseguirmos encontrar um espaço para nós falarmos, desapaixonadamente, sobre a questão de Saúde.

Portanto, eu não quero alongar mais, porque não tenho muito a dizer, só vim mesmo por questão de coerência. Se falámos antes, iremos falar agora, que nós temos o Ministro, o Primeiro-Ministro e todo o mundo aqui.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado Afnildo d'Oliveira.

O Sr. Afnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, colocámos várias questões e estamos a ver que o Sr. Primeiro-Ministro está numa situação de resiliência, há um exercício de resiliência em manter-se sentado e não responder às questões dos Deputados.

Ontem, pedimos um conjunto de informações sobre quanto o Governo teria recebido em 2020, mas o Governo não respondeu ontem. O Sr. Ministro das Finanças quis dar-me o mapa, mas eu disse que aceito, mas queria que o Sr. Ministro viesse cá dizer. Já que não disse, faço esse exercício.

De acordo com as minhas fontes, em Janeiro de 2020, o Governo recebeu 7 milhões de dólares do BAD, no Acordo de Financiamento para Acções Inscrita no OGE.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz): — São 7.5 milhões de dólares.

O Sr. Afnildo d'Oliveira (ADI): — Ah, são 7.5 milhões de dólares, então tenho menos 500.

Em Fevereiro de 2020, o Governo recebeu 4.8 milhões de dólares do FIDA, no Acordo do Projecto COMPRAM».

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul: — Não entro no cofre do Estado.

O Sr. Afnildo d'Oliveira (ADI): — Não entrou, então o Sr. Ministro vem dizer aqui o que não entrou. E há alguns que estão em linha, quer dizer que não precisou de acordo.

Em Abril de 2020, 2.5 mais 1, do Banco Mundial, donativo, «Plano de Contingência Saúde».

Abri de 2020, FMI, empréstimo do FMI, no âmbito de Facilidade do Credito Rápido para Fazer face à Pandemia.

Maio, Junho de 2020, 2 milhões, do BAD, apoio orçamental.

Julho 2020, 2.2 GPE e 15 milhões do Banco Mundial, do Projecto de Empoderamento das Raparigas e Educação de Qualidade para Todos.

Julho de 2020, 500 000, da Agência Francesa para o Desenvolvimento, Luta contra a Pandemia Covid-19.

Dezembro de 2020, 10 milhões, do Banco Mundial, apoio orçamental.

Dezembro 2020, 6 milhões, do Banco Mundial, financiamento adicional, Projecto WACA. Portanto, $7+4.5+2.5+1+12.3+10+2.2+15+0.5+10+6$, 71 milhões de dólares. O Governo não quis dizer. Era este o trabalho que o Sr. Ministro deveria fazer.

De tudo isso, o que é que o Governo fez para São Tomé e Príncipe? Quanto é que gastou? Quanto transita para 2021, já que a economia está satisfatória, mas o poder de compra das pessoas baixou. As palaiés não conseguem vender as suas mercadorias, os taxitas não conseguem...

Sr. Ministro, essa explicação é que eu gostaria de ter. O que entrou e o que não entrou. Sr. Ministro, faz-me esse favor, o povo agradece, mas nas minhas contas, ah, mais 500 dá 71.8, obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Carvalho.

O Sr. Arlindo Carvalho (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, venho cá em jeito de direito de resposta, porque reagi à expressão de que a Saúde está catastrófica. Sou professor, tenho o direito e o dever de clarificar conceitos.

Quando se diz que a Saúde está catastrófica, está-se a meter todas as intervenções sanitárias no mesmo pacote. As de saúde pública, aquelas a que referi, em que temos resultados muito bons. Estamos a meter algumas intervenções de atenção primária, que também são muito boas, a nível de vários sectores. Não se pode misturar tudo.

Se se quiser falar de assistência hospitalar, fala-se, mas não significa Saúde. Não estamos a falar para nós só, estamos a falar para quem está lá fora, e pode haver realmente um interesse de manipular opiniões com este tipo de discursos.

Realmente, aquilo que disse o Sr. Deputado Levy Nazaré, tocou-me profundamente, porque quando há aquilo que se chama de receita da maldade. Temos que trabalhar para que este país evite entrar naquilo que é a receita da maldade. Geralmente são os psicopatas que alimentam esse tipo de receita. Precisa-se de uma crise, de um povo com rumo assim, assim, uma índole colectiva má, que pode ser forjada, dividindo as pessoas, colocando-as uma contra outra, um plano, um discurso sedutor e de mentiras, pouco claro, e isto realmente pode levar-nos para situações que poderíamos evitar.

Vim apenas para clarificar conceitos. Não metamos tudo no mesmo cesto, porque estamos a ser ouvidos também lá fora. Quando se fala que tudo não está bom, e os nossos financiadores? O que o Fundo Global irá dizer? Se está tudo mal assim, estamos a dar essa gente dinheiro e não estão a fazer nada. Está tudo mal. Quem financia a SIDA, a tuberculose, o paludismo, com os resultados que temos, outros parceiros nosso, é isso que quero dizer e vim cá clarificar. Apenas isso.

E é preciso, muitas vezes, referir ao passado, para que se evite cometer os mesmos erros. Quando me refiro ao passado, é apenas uma questão de partilhar experiência, para que se evite os mesmos erros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Gostaria de evocar o Regimento, para poder fazer um pedido, não descontando o tempo. Pode ser?

O Sr. Presidente: — Qual é a norma que está a ser infringida pela Mesa?

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Não há norma nenhuma. Queria fazer um pedido à Mesa. Um pedido de esclarecimento e ao mesmo tempo um pedido para este debate.

O Sr. Presidente: — Pedido de esclarecimento ou está a fazer um pedido?

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Um pedido de esclarecimento, em que no final faria um pedido.

O Sr. Presidente: — Então é uma intervenção. Se é um pedido de esclarecimento, é uma coisa, se está a pedir depois...

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Ok, fiquemos no pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de pedir a sua boa vontade, penso que todos estariam nesta mesma linha de pensamento.

Somos o Grupo Parlamentar da oposição e quase não temos mais tempo. Sendo um documento muito importante para o País e creio também que o Governo ainda não respondeu a certas questões, estaríamos a fazer um mau exercício, se as restantes contribuições que o Grupo ainda tem, para poder melhorar os documentos, as GOP e OGE, não estaria a 100%, no final deste exercício, caso o Grupo da oposição não pudesse mais dar esse contributo.

Nesta perspectiva e como não há regras sem excepção, o Sr. Deputado Levy Nazaré usurpou bastante tempo, fez aqui uma explanação de reflexão, creio que foi, em partes, importante para todos nós, para a Nação. Mas deixando de lado essa possibilidade, era no sentido de a Mesa, junto ao Governo, encontrar formas de termos tempo para que pudéssemos enriquecer mais os documentos. Sei que não é regimental, mas como disse no início, não há regra sem excepção. Se houver vontade política e o espírito democrático das partes aqui envolvidas, todos enchemos a boca e dizemos que somos democráticos, então, a democracia faz-se trocando ideias, falando, parlando. Daí que pediria encarecidamente à Mesa que repensasse numa possibilidade, mesmo fora da regra, para que pudéssemos melhorar esse documento. Creio que o Governo também estará na disponibilidade de querer ouvir os Deputados da oposição, porque faz parte da política, faz parte do sistema democrático.

O Sr. Presidente: — Foi-lhe concedida a palavra para pedido de esclarecimento. Tenho sido acusado de não cumprir o Regimento e às vezes, quando a gente quer cumprir, torna difícil. O pedido de esclarecimento versa sobre a formulação sintética das dúvidas do último orador. Pensei que iria levantar questões que o Sr. Deputado Arlindo Carvalho tivesse colocado na sua última intervenção, mas não é o caso.

O tempo está distribuído, o ADI ainda dispõe de tempo. Se houver necessidade, quando não tiver mais tempo, o Governo e o Grupo Parlamentar poderão analisar a questão.

De momento, não há inscritos, tem 6 minutos, não faz sentido estarmos a redistribuir mais o tempo. Se não houver mais tempo e houver necessidade disso, poderemos analisar a questão.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, queria agradecer as várias intervenções aqui havidas, naturalmente particularizar a reflexão e os devaneios do Sr. Deputado Levy Nazaré, que no fundo consubstanciam a necessidade de uma reforma profunda do Estado. Naturalmente, neste capítulo, estaríamos todos interessados de uma ou outra maneira. Agora, é ver-se as formas de execução e cada coisa a seu tempo.

Portanto, a sua reflexão de facto também mudou o meu estado de espírito. Temos várias questões que foram aqui levantadas, algumas já foram parcialmente respondidas, de forma genérica, estou a lembrar-me da intervenção da Sra. Deputada Maria das Neves, do Vice-Presidente Guilherme Octaviano, dos Deputados da Coligação, Felisberto Afonso e Danilson Cotú. Todavia, há algumas questões que importam clarificar.

Este momento é de aprofundamento, este palco não pode ser uma arena de gladiadores. É um momento de edificação, de elevação, porque temos o País à nossa escuta, temos a diáspora a acompanhar e os nossos parceiros de desenvolvimento.

Por isso, é necessário muita responsabilidade, porque política também tem ética e é preciso alguma verdade, sobretudo no momento crucial, como dizia, da nossa história, em que a imprevisibilidade do impacto da pandemia ainda permanece e ninguém aqui é vidente para poder prever com exactidão o que vai acontecer nos próximos tempos.

Mas começaria pelas primeiras intervenções, do Líder Parlamentar do ADI, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, logo a seguir, o Sr. Deputado do Príncipe, Carlos Pinheiro.

Não gostaria que Educação, Saúde, Protecção Social, mas também há outros sectores como a Justiça, entre outros, fossem temáticas para nos dividir, muito pelo contrário. É o momento em que temos que nos unir em torno da Educação, para encontrarmos soluções; em torno da Saúde, para sairmos desse foço, e aqui não quero repisar, nem o passado, nem os últimos 10 anos. Estou perfeitamente de acordo com as intervenções que vão no sentido de tocarmos este barco para frente, vermos de facto o País real, os 66% de pobreza que ainda prevalecem e que foram agudizadas pela pandemia.

Há um capítulo que o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira gosta de se embrenhar, não estou aqui para responder aos detalhes, mas se faço alusão a isso é porque tem sido recorrente, que foi a minha passagem pelo Mercado de *Bobô Forro*. Penso que talvez o seu maior anseio seria que me escorraçassem de *Bobô Forro*, mas felizmente isso não aconteceu.

Vou entrar de facto no âmago das preocupações, a sua grande preocupação tem a ver com o recrutamento de cerca de 1200 professores, mas não são só professores, há o pessoal serventuário, guardas, técnicos, é muito mais do que este número. Estamos a falar em 2020, mas no ano passado, em 2019, recrutamos 956 professores. A Educação é a maior empresa deste país, com quadros directos e cada um de nós tem uma intervenção indirecta, porque somos famílias e também fazemos educação. Portanto, não gostaria que se fizesse política com educação. Esses professores recrutados, naturalmente que vão ser acompanhados, há os serviços de supervisão, temos os serviços de inspecção, estamos a pautar pela qualidade também, mas ainda não vencemos a batalha do acesso, da quantidade. E anualmente há sempre professores que entram na reforma, é uma dinâmica constante, isto é válido também para a Saúde.

Ainda me lembro, há relativamente 11, 12 anos, quando desembarcou de Moçambique, na altura, um quadro jovem, promissor, Jornalista, com Ciências de Informação, creio, hoje tornou-se político, mas não pode esquecer que temos que contribuir para melhorar este país, independentemente do lugar técnico ou político onde estivermos.

Só para terminar este capítulo, dizer que na Educação temos a batalha do acesso, da qualidade, da obrigatoriedade e da universalidade. Estes pressupostos têm que conduzir as nossas intervenções e temos que preparar o futuro.

A outra área de discussão e de alguma controvérsia tem sido a Saúde. Saúde é vida, é a nossa prioridade, e esta pandemia veio precisamente levantar o véu e mostrar-nos que é preciso criar condições endógenas ao nível do Sistema Nacional de Saúde.

Ninguém vai pensar amanhã que tão facilmente pega num avião para poder ir tratar-se lá fora, até porque a pandemia nos mostrou que os aviões ficaram pregados no chão, os espaços aéreos fechados, portanto, há muito político que morreu por esta África fora. É uma lição que temos que aprender e de facto todo o investimento que pudermos fazer ao nível da Saúde este Governo vai priorizar, mas, como compreenderão, a herança é pesada. Não herdei o País que gostaria de herdar, volvidos todos esses anos. Em 2 anos, não é possível resolver todos os problemas estruturais mais os problemas conjunturais. Estamos a fazer o nosso melhor e felizmente temos tido o apoio dos parceiros. Felizmente que este Governo tem tido alguma credibilidade por parte desses parceiros. Quando entramos, havia o scepticismo de que não conhecíamos ninguém e hoje nos estão a pedir a lista de todas as entradas. O Sr. Ministro depois vai detalhar, porque não temos nada a perder e alguns dados que elencou aqui em termos de apoios dos parceiros é porque recebeu os documentos, é porque enviamos os relatórios, é porque há transparência, deixou de haver opacidade, deixou de haver essa intenção deliberada, acintosa de esconder os números.

Hoje o que os parceiros precisam é precisamente transparência. Precisamos colocar tudo ali no site e é isso que vamos continuar a fazer, mas é preciso não ludibriar este povo. Acho que o tempo do populismo está a ficar para trás.

Das verbas que recebemos em termos de apoio dos parceiros, e sabem perfeitamente que em termos de investimento de capital, e não é de hoje, dependemos acima, mesmo neste Orçamento de 2021, de 95%, portanto, é com a intervenção externa, mas desses valores há uma parte que entra no OGE, que é a menor parte, e a maior parte é directamente acompanhada ou gerida pelos próprios parceiros.

Em relação à Saúde, por exemplo, só agora é que conseguimos, depois da mobilização de mais de 11 milhões de dólares ou euros, não tenho aqui em mente, o Sr. Ministro poderá depois especificar que moeda se trata, do Fundo Global, para o paludismo, a tuberculose, HIV/ SIDA, entre outras doenças. Só agora é que São Tomé vai poder gerir directamente esses fundos. Eram geridos pelos parceiros multilaterais.

Temos vários projectos, como sabem, o projecto da Estrada Nacional n.º1, acima de 10 milhões de dólares, não é gerido pelo Governo. Essas verbas não passam pelo Governo. Mesmo alguns apoios do Banco Mundial, esses apoios foram aqui citados, os 2.5 milhões de dólares, mais 1 milhão, volta de 3.5 milhões de dólares, passam pela Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP). A Agência Fiduciária é que acompanha todos esses projectos. Acho que quem passou pelo governo, e é o caso do Sr. Deputado, que foi Secretário de Estado, creio, num dos governos, sabe perfeitamente. Portanto, em política tem que haver ver alguma verdade.

Em relação ao Príncipe, apontou os problemas estruturais que nós temos relativamente a ligação, tanto aérea como marítima, ainda não concluímos o processo de negociação com a STP-Aiways. Sabe perfeitamente que o País não tem uma aeronave própria. Eu gostaria, ao chegar ao poder, que os catamarãs tivessem a fazer a ligação São Tomé/Príncipe, mas infelizmente não tive esta sorte.

Foi aqui apontado também pelo Deputado António Barros e outros, reforçado pelo Deputado Carlos Pinheiro, relativamente ao incêndio de Ponta do Sol. Eu lá estive e tive a ocasião ver aquela casa comboio já praticamente destruída. Estamos a encontrar soluções, essas soluções têm que ser concertadas entre o governo regional e o Governo central. Esses problemas de incêndios acontecem quase todos os dias no nosso país. Ainda creio, na semana passada, foi em Xácaria. Portanto, acontece constantemente.

Apontou-se também o problema de carro de bombeiros, tomei boa nota. Naturalmente no Conselho de Ministros sistemático, todos esses problemas foram elencados. Portanto, a seu tempo, vamos encontrar solução. O Hospital Doutor Manuel Quarema Dias da Graça tem que ficar resolvido a breve trecho. Vamos fazer todo esforço para que aquilo que não conseguimos no ano da pandemia, no ano passado, melhorar o Porto do Príncipe, há projectos de maior profundidade, como o projecto da União Europeia, que ainda não se conseguiu concluir, enfim. São todos esses casos para resolver.

Mas permita-me, porque veio, em jeito de tribalização do País, que este Governo não tem dado atenção ao Príncipe. Eu vou ler aqui no capítulo, tem de certeza o Orçamento, já que temos que falar para o povo e com alguma verdade, vou ler o que aqui está, o Sr. Ministro depois poderá reforçar. Além dos projectos de índole transversal nacional, como são os projectos de energias renováveis, entre água potável, os projectos de COMPRAN, que são de Caué a Paguê, cito aqui esses que são especificamente do Príncipe: «construção de troços de estrada em calçada, aquisição de meios rolantes, abastecimento de água potável às populações, ampliação do Hospital Manuel Quarema Dias da Graça, requalificação do edifício ex-central eléctrica, plano de cabotagem STP, apoio institucional à Assembleia Regional, reabilitação da mini-hídrica Papagaio, plano operacional Covid regional (RAP), reabilitação de infra-estruturas escolar, reabilitação do troço de estrada atrás do Cimenteiro, requalificação de pontos turísticos, reabilitação de equipamentos do edifício Paço do Conselho, extensão da rede eléctrica para as comunidades de San Joaquim, pontes sobre o rio Papagaio. Portanto, estaríamos aqui a falar de uma verba na ordem de 64 milhões de dobras, mas é preciso aqui dizer que nós estamos em sede da generalidade. As Sras. e os Srs. Deputados terão, digamos que o serviço não acabou, que trabalhar na especialidade. Este documento pode e deve ser melhorado, para que ele seja de facto exequível.

Estou a lembrar-me agora, devia tê-lo feito no ponto, Educação, quando se levantou o problema do distanciamento, e aqui volto ao Deputado Abnildo, em relação aos jardins-de-infância. É mesmo esta preocupação Sr. Deputado Abnildo? A sua preocupação é com distanciamento dos pequeninos no jardim-de-infância, quando nós vemos o relaxamento que existe pelo País fora?

Murmúrios.

Quer que se coloque máscara nos meninos de 2, 3 anos? Vai ter que clarificar tudo isto, para nós percebemos o que quer dizer, ou fazer, para se perceber de facto o âmbito da sua questão. Porque nós sabemos que, de forma geral, tem-se pedido distanciamento, higienização, todas essas regras básicas, todas essas prescrições do Ministério da Saúde e da OMS, que toda gente conhece, estamos nisso desde Março. Portanto, não podemos ser mais papistas do que o papá.

Essas eram as duas intervenções mais candentes que eu queria aflorar, mas depois há o capítulo das infra-estruturas. Eu também não estou satisfeito com o andamento desta obra da Marginal, que já devia ter acabado, mas eu não sou pedreiro, há fiscais, há gente para fazer o acompanhamento, e depois há todas essas formalidades, COCIL, Tribunal de Contas, entre outros. Temos que ver o lado prático também da coisa. Portanto, esta é uma obra de menos de 100 000 dólares. Houve necessidade dum aditamento em cerca de 25%, mas isto o Ministro, eventualmente, que acompanha, que tem o INAE, a DOP e outros

sectores específicos, técnicos, que ganham o dinheiro que o Estado paga, o Governo paga para trabalharem, eu acredito que são profissionais que poderão depois detalhar. Mas inicialmente, eu lembro-me de que, aqui não quero generalizar, mas houve algumas vozes, penso da oposição, que estavam contra a reabilitação, esse paliativo que nós estamos a fazer na Marginal.

Eu quero aqui recordar que há projectos de execução imediata, mas há muitos projectos estruturantes, bastante profundos e alargados no tempo. É o caso, por exemplo, do projecto do Aeroporto. Desde quando é que esse projecto começou? Naturalmente que começou com o anterior governo, em 2016, quando a China retomou as suas relações de cooperação com São Tomé e Príncipe. Portanto, houve várias fases e só neste momento é que acabamos de assinar a primeira tranche de 30 milhões de dólares, o Ministro poderá confirmar. Está neste momento, para uma permanência de 3 meses, a missão chinesa que vai possivelmente acompanhar, terminar os estudos, para passarmos à execução. Portanto, vejamos, 5 anos depois.

Em relação à Marginal, é igual. Possivelmente houve uma intenção remota, há uns anos, de que havia a necessidade de contenção da orla costeira. O mar está a entrar. Portanto, os 1001 Km2 que nós tínhamos no mapa, na realidade, já não existem. É uma obra de engenharia pesada, de grande envergadura, que São Tomé e Príncipe não está em condições de realizar. Por isso, fez apelo à parceria da Holanda, por um lado, que vai financiar 12.5 milhões, e ao Banco Europeu de Investimento, outros 12.5 milhões. Portanto, é um investimento de 25 milhões de dólares ou euros. Portanto, o Ministro das Finanças, eventualmente, poderá depois especificar. E é um projecto que vem desde o Aeroporto até Pantufo. Há muitos estudos, e só os estudos levam cerca de 8 meses, depois há o tempo para lançamento dos concursos. Nós não vamos estar aqui sentadinhos à espera que os holandeses e o Banco Europeu de Investimento venham para aqui resolver esta obra quando der. De certeza é uma obra de grande vulto, acho que esta obra talvez só depois de 2022. Agora eu pergunto, vamos esperar, continuar com a cidade, com a Marginal, na situação em que está, como se tivéssemos saído duma guerra, escombros por todo lado? Isso não é vergonha só para o Primeiro-Ministro, para o Governo. É um problema do Estado, é a imagem do País.

E é neste sentido, apesar do contexto pandémico, que nós decidimos esta intervenção paliativa. É neste quadro e penso que aqui não me custa fazer auto-avaliação e sem pretensão nenhuma. Quem hoje vê a cidade, nota alguma evolução! Vamos dar a César o que é de César!

É o que tenho a dizer em relação a esta obra, mas eu deixo aqui a promessa de continuar a pressionar, para acabar com esta vergonha colectiva que nós temos na cidade capital.

Grosso modo, era isto que eu queria aqui aventar, o resto peço ao Sr. Ministro do Plano e Finanças para complementar, mas antes de sair relembrar, porque também tem sido uma pergunta recorrente, relativamente ao apoio que se deu no quadro da pandemia. A Assembleia Nacional recebeu vários relatórios que nós enviamos, e houve, em termos de apoio ao impacto da pandemia, mais de 160 empresas, naturalmente directamente aos trabalhadores, receberam o apoio. Um apoio que, em princípio, terminou em Dezembro, mas em função do quadro epidemiológico, e tudo aponta para uma segunda vaga, de certeza que vamos estudar em que medida esses apoios poderão ser continuados.

Por último, último mesmo, é só um apelo, eu não gostaria que se fizesse política e politiquice com o apoio que se deu a 2640 famílias vulneráveis. Essas famílias de facto, e aqui já foi dito, precisam, e é um apoio conjuntural. Portanto, naturalmente estamos a trabalhar, como eu já disse, para a ampliação deste programa, para cerca de 15 000 famílias, mas isto é balizado no tempo, durante 1 ano, até que possamos atravessar esta fase mais difícil da nossa economia, ao nível económico e social.

Portanto, obrigado pela vossa atenção e peço depois ao Presidente da Assembleia Nacional que permita ao Sr. Ministro do Plano e Finanças que complemente.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Nós estamos a 13 horas e 40 minutos, temos duas opções: suspender quando for 14 horas ou irmos até às 14 e 30 minutos, 15 horas.

Qual é a reacção dos Grupos?

Murmúrios.

14 horas e 30 minutos. Encerramento?

Uma voz: — Vamos avançar!

Sr. Presidente: — Então, vamos ouvir o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Um pedido de esclarecimento.

Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI, para pedido de esclarecimento.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Quem pediu foi o Sr. Primeiro-Ministro, para eu clarificar e precisar a intervenção que não comprehendeu.

Sr. Presidente: — Está bem, faça favor!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de felicitar o Sr. Primeiro-Ministro, pela elevação que teve ao responder às nossas perguntas. A questão aqui não se trata de nenhuma estratégia de provocação, sim colocar perguntas, mas elas devem ser fundamentadas. E na resposta de umas das questões que eu levantei, o Sr. Primeiro-Ministro pediu um esclarecimento sobre a questão das crianças, o distanciamento nos Jardins. Eu quando falei, fiz menção ao regime tripo, porque foi justificada a contratação dos professores. Falou-se de 1200 professores, não se falou doutras categorias.

Falou-se também de justificar o regime tripo, porquê dessas contratações. Por isso eu disse que, nesse regime tripo, não há distanciamento, porque um dos objectivo visava o distanciamento social das crianças. Por isso, também associei que não há distanciamento nas escolas, citando também dos jardins, o ensino superior e outros mais. Apenas foi uma citação, mas o centro é que o regime tripo não tem permitido distanciamento, aquilo que foi inicialmente projectado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do ADI, está esclarecido.

O Sr. Primeiro-Ministro quer retocar a sua última intervenção.

Tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, são simplesmente 2 minutos, para responder à interpelação do Deputado, relativamente ao regime tripo. Como nós sabemos, nós temos um grande problema de acesso. É verdade que ao nível do primeiro e segundo ciclos do básico, praticamente atingimos a universalidade, quase 100%, mas tendo em conta a dinâmica da natalidade, as gravidezes precoces, entre outros, há uma pressão muito forte sobre o sistema. A Ministra da Educação depois, talvez na especialidade, poderá fundamenta. Há uma entrada de quase 6 000 alunos por ano, todos os anos. Portanto, é preciso construir e construir constantemente.

Este ano nós inauguramos três escolas, Mestre António, Monte Café, Lembá, mas também construímos salas, com o apoio da Cooperação Chinesa. Houve salas em salas em Bombom e noutras escolas. Mesmo assim, continuamos a ter problemas. Há um rácio que previamente estabelecido com os sindicatos, o SIMPRESTP e outros, de quarenta alunos por turma. Mesmo assim, nalguns casos, não se tem conseguido cumprir. O regime tripo é precisamente para dar resposta, um, ao acesso, dois, ao distanciamento social.

Nós já tivemos regime tripo, na primeira década deste novo milénio, conseguimos erradicá-lo, mas com a pandemia não há outra solução, mas é uma solução conjuntura. O País tem que encontrar formas de continuar a descentralizar, e quando se constroem salas de aulas, automaticamente, precisamos de professores. É preciso também repensarmos, quebrarmos paradigmas, para se encontrar formas complementares de ensino à distância, outras estratégias pedagógicas e metodológicas, para podermos suprir esta demanda constante.

Portanto, é o que eu se me oferece dizer.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro, pelo esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas Membros do Governo, boa tarde.

Sr. Presidente, eu estou preocupado, porque temos um trabalho enorme em produzir os relatórios, mas parece que eles não estão a ser lidos. Eu estaria aqui a falar do último apoio orçamental, do Banco Mundial, que entrou no último trimestre e que ainda não produzimos o relatório, porque entrou no dia 30 de Dezembro. Todos outros apoio ao Orçamento já estão no relatório do primeiro trimestre, na posse da Assembleia. Se alguém tivesse lido o relatório, não falaria em 7 milhões. Inclusive falaria no valor que entrou exacto, porque está no relatório. E sucessivamente, 2.º trimestre, 3.º trimestre. O relatório que demos da Covid diz como é que foram distribuídos os valores, e está lá claro. Por isso, eu não precisava vir aqui falar de novo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O povo quer ouvir.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — É uma outra questão.

Nós recebemos do Banco Mundial 2.5 milhões, não entraram no cofre do Estado, foram para o AFAP, que vai fazer a gestão. Do WACA, o valor não entrou no cofre do Estado. Das famílias, a mesma coisa, fazem gestão à parte. Eu vou falar do apoio ao Orçamento.

O Banco Mundial deu, no dia 30 de Dezembro, 10 milhões de dólares. Caiu, em euros, num valor de € 8.362.000,00 (oito milhões, trezentos e sessenta e dois mil euros). Todo este valor está no relatório. O BADE, eu gostaria aqui de agradecer ao BAD, porque pela primeira vez na história de São Tomé e Príncipe, o BAD deu um apoio directo ao orçamento, e um apoio significativo. Nunca tinha dado apoio directo ao Orçamento, nunca na história, e este Governo recebeu pela primeira vez. Apoio aos projectos, 17.500.000,00 (dezassete milhões e meio de dólares), caiu em euros, também consta no relatório que nós demos, e o valor que caiu em euros são 15.154.000,00 (quinze milhões, cento e cinquenta e quatro mil euros).

Quanto ao valor da República Popular de China, o meu colega e amigo Abnildo esqueceu de falar, entrou \$ 4.999.000,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil dólares). No relatório consta valores exactos. Devia ser 5 milhões, mas por causa das despesas bancárias, caíram \$4.999.000,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil dólares). O que é que eu quero dizer? Eu acho que a informação não foi tão fiel assim. O FMI deu um crédito facilitado de 12 milhões de dólares e também deu o seu valor, pela avaliação do programa, que totalizam \$16.506.000,00 (dezasseis milhões, quinhentos e seis mil dólares).

Bem, não sei se quer saber mais de alguma coisa, está tudo no relatório, mas se quiser saber mais de alguma novidade, pergunte, porque não é o povo é que perguntou.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — O povo é que quer ouvir.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Está bem, eu peço desculpa!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Cá fada povo ô!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — O Sr. Deputado Carlos Pinheiro falou de taxas de inflação do Governo, do banco. Só há uma instituição neste país que produz a taxa de inflação, que é o Instituto Nacional de Estática. Todo resto recebe a informação que vem de lá. E a informação que eu tenho não tem nada a ver com aquilo que disse. Eu não sei aonde que ouviu, acho que a fonte não foi fiável. A taxa de inflação de 2020 é são 9.4. 2018, 9, 2019, 7.7 e 2020, foi 9.4.

Sras. e Srs. Deputados, com base no recurso que entrara e que estão a vir, já justifica o satisfatório que disse o Governador do Banco. Estou a falar do valor já apurado, porque é bem provável que haja estimativa, mas já terminamos o trimestre e a estatística já produziu a taxa de inflação deste ano, inclusive até do PIB. Só que sabemos que PIB já tem o valor, é provisório, mas já produziram este valor.

Relativamente à preocupação do Sr. Deputado Arlindo Ramos que solicitou por que é que caíram as despesas de investimento em relação às despesas carentes. Gostaria de dizer o seguinte: no Orçamento Rectificativo, o valor que está para despesas de investimento é de 1.183.105. Orçamento Rectificativo 2020. Em 2021, está 1.335.420, cresceu. O que se passa é o que expliquei antes. As despesas correntes são superiores às despesas de investimento. Não significa dizer que as despesas de investimento caíram, não. Subiram, mas continuam a ser inferior às despesas correntes, porque de acordo com os nossos dados e os nossos históricos, as despesas com o salário têm um peso enorme e queríamos ter um orçamento próximo da realidade. De todos os históricos, quando vamos à execução, despesas de investimento ficam muito aquém das despesas correntes, porque despesas correntes são quase que financiadas na totalidade pelas receitas correntes. Só há um pequeno *gap* que é o nosso défice. Enquanto que para as despesas de investimento a maior parte do valor é financiado pelo donativo ou crédito. Então, dificilmente executamos. Até se conseguíssemos executar 1.335, em 2021, seria muito bom. Foi com base nisto.

Exportações líquidas. Não disse aqui que as exportações líquidas são positivas. Não disse isso. No caso de exportações líquidas, a fórmula é simples, exportação menos importação. No ano 2019 houve esse déficit e em 2020 o déficit é menor que o défice em 2019, ou seja, se tinha seis negativo, passou a ter cinco negativo. Exportações líquidas, não estou a dizer que é positivo, continua sendo negativo, melhoraram por quê? Quanto à importação, um produto muito forte na importação o preço caiu, o combustível. Não estou a falar de quantidade, estou a falar do valor, e o nosso produto de exportação era fundamentalmente o cacau. Em 2020, por causa da oleaginosa, óleo de palma, as nossas exportações aumentaram, comparativamente a 2019, então o rácio melhorou, mas continua a ser negativo, é claro. A nossa balança comercial é negativa.

Para dizer que com os recursos que entraram estamos agora a apurar os resultados finais. A nossa projecção de 5.8% que o Sr. Deputado Arlindo Ramos disse tem razão de ser, porque tudo indica que no ano de 2020 vamos ter crescimento económico. Todos os indicadores caminham para isso. Estou a falar de 2020, vamos ter crescimento económico em 2020. Acho que São Tomé e Príncipe será dos poucos países do mundo a ter crescimento económico no ano 2020.

Murmúrios e risos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro das Finanças.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde** (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Vou fazer uma pequena intervenção, mas muito pequena, porque há alguns aspectos que importam ser esclarecidos, embora o Sr. Deputado Arlindo Carvalho, meu colega de profissão, tenha sido extremamente claro na definição de conceitos.

Posso reservar debates de ordem mais técnica, mas respondo politicamente perante a Assembleia.

A falta de alguns medicamentos, consumíveis e reagentes deve-se a três situações incontornáveis que se arrastam desde finais de 2019 e complicam-se com a declaração da epidemia, a 30 de Janeiro, e da pandemia, a 11 de Março. Todos sabem que houve os bloqueios todos em termos de fazer chegar aquilo que já estava adquirido e outras barreiras de dificuldade na aquisição. Por quê? Os fornecedores, em Portugal, por orientações da União Europeia tomaram medidas restritivas, onde muitos medicamentos, consumíveis ou reagentes não eram obtidos em Portugal. Por razões estratégicas, o país não sabia como é que as coisas vinham evoluir e tomou as medidas de precaução, também contribuíram, e isso tem um efeito crescente, feito bola de neve. Aquilo que deveria ter chegado em Janeiro chegou em Julho, sem contar depois a máquina burocrática, que também foi aqui expressada.

É preciso definir os conceitos de medicamentos essenciais. Lamento terem escolhido precisamente um medicamento que tenho no meu stock 1.250 milhão de comprimidos, que é o paracetamol.

Dizer também que felizmente, apesar dessas barreiras, os medicamentos e consumíveis estão a chegar. Chegaram no Sábado passado, uma parte, a outra parte vai chegar e, se houvesse mais voos, mais rapidamente estariam cá. Esse esclarecimento parece-me importante. O conceito de saúde e avaliação de sistema faz-se com base em critérios muito bem definidos, por isso é que é sistema e não é uma unidade sanitária.

Em relação à Região Autónoma do Príncipe e a Covid-19, manifestei, em nome do Comité de Crise e do Governo, muita preocupação com o aumento do número de casos, tocando em zonas que estavam aparentemente protegidas, e todas as medidas estão a ser tomadas. Uma parte já se foi hoje, o resto da equipa irá ao longo dos próximos dias, para juntamente com os nossos parceiros ver *in loco* qual é a situação do ponto de vista epidemiológico e clínico, na Região Autónoma do Príncipe.

Uma última palavra, há um dos pontos que centra no Programa do Governo, que é o paludismo, onde felizmente, quando menos se esperava, contra todas as projecções, conseguimos junto ao Fundo Global os tais 11.695 milhões de euros. Sr. Primeiro-Ministro, aproveito para esclarecer que são euros, sendo que 85% para o paludismo, 7% e pouco para o HIV/SIDA e 8% para a tuberculose.

Dizer também que, sendo uma questão central, posso anunciar, e com algum orgulho, que depois de 4 anos, em 2019, baixamos o número de casos do paludismo, ficamos abaixo do limiar. Em 2020, voltamos a baixar mais, terminamos o ano abaixo do limiar estabelecido e vamos caminhando. Se não houver perturbações para a eliminação em 2025, será uma das maiores conquistas que se poderá vir a obter.

Portanto, é este o cenário, teremos oportunidade para continuar o debate, tenho muito gosto em vir à Assembleia, onde cá estive.

Houve alguém que tivesse falado dos tempos de debate. Estive na Assembleia mais de 15 anos, fui Líder Parlamentar do ADI, realmente eram debates muito interessantes, incomodei muito o MLSTP/PSD.

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, Srs. Técnicos, muito boa tarde.

Tomo a palavra para mostrar o meu sentimento sobre aquilo que aconteceu na Sexta-feira aqui nesta Casa Parlamentar.

Digo e volto a dizer que qualquer deputado ou deputada que tome a palavra para trazer as preocupações do País e dos distritos, porque são os distritos e a Região Autónoma do Príncipe que formam o País São Tomé e Príncipe, pelo menos da minha parte, quem me conhece ao longo dos anos que faço a vida política activa, há 6 anos, sabe como sou. E quero aqui repudiar o comportamento do Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social. Quando tiver que perguntar algo que tem estado a acontecer no Distrito de Caué, não pergunte a quem tem a função na mão. Aquilo que ficou transparecido na Sexta-feira é que a Sra. Deputada Beatriz mentiu. Quero dizer que eu não minto. Uma coisa que não sei fazer é mentir, porque quero ter a minha cara lavada e limpa todos os dias. Não preciso deste púlpito só para um dia ou só para um mandato.

Quando o Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social liga para o responsável do gerador que alimenta as antenas da TVS, deveria também ligar para alguns cidadãos do Distrito e solicitar se a emissão estava a ser transmitida desde manhã em plenas condições, e outros dias anteriores. Ele sim mentiu.

Como informação, mesmo na Sexta-feira, eu e o meu colega Deputado fomos directamente para a Câmara Distrital de Caué, para podermos saber afinal de conta o que tem estado a passar. Segundo aquilo que o Sr. Secretário de Estado para a Comunicação Social fez transparecer aqui é que tem enviado o combustível e não sabe o porquê de a emissão não estar a ser transmitida. Depois que o Sr. Secretário de Estado ter falado com o responsável a nível do Distrito de Caué, o Sr. Austílio Cosme, porque foi dito aqui o nome dele, o mesmo responde ao meu colega, e o telefone estava em viva voz, se ele não sabe que o gerador que está em Soledade trabalha com combustível, e faz tempo que a Câmara Distrital de Caué não tem fornecido combustível. Quando tivemos encontro com o Sr. Presidente da Câmara Distrital de Caué, o Sr. Firmino Raposo, o mesmo nos fez saber que além do combustível que a Câmara fornece para fazer funcionar o gerador que alimenta a antena da TVS, a Câmara entrega 100 litros, e tivemos conhecimento, na Sexta-feira, através do Sr. Presidente da Câmara, que o Sr. Secretário do Estado também apoia com 100 litros de combustível.

O que quero aqui dizer, Caros Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, antes de virem aqui manchar a personalidade que cada um tem estado a apresentar, liguem para os vossos militantes, camaradas, companheiros e perguntarem o que tem estado a acontecer.

A TVS só entrou no ar naquele dia depois da minha intervenção, mas aquilo que o responsável fez o Sr. Secretário de Estado entender e transparecer aqui perante a opinião pública, tanto nacional como internacional, é que não sabia de onde a Sra. Deputada Beatriz recebeu essa informação e que o problema só pode estar na residência da Sra. Deputada.

Meus senhores e minhas senhoras, por tudo que é mais sagrado, não brinquemos com coisa séria, porque uma coisa é estar em funcionamento e eu vir para aqui dizer que não estava em funcionamento, outra coisa é eu vir aqui trazer preocupações que estão a afectar o Distrito ao longo desses anos todos. Não me venham responder, porque quando venho para aqui não venho na qualidade de cidadã que veio saber dos seus problemas pessoais, não. São todas essas questões que me trazem aqui transparecer a opinião pública, porque a preocupação que coloquei na Sexta-feira todos que estão em Caué sabem como a TVS entra no ar, a que horas TVS entra no ar e as que horas sai do ar. Entra, às vezes, às 18 horas, ainda na semana passada, às 20 horas e 30 minutos já não havia emissão no ar. Há muitos programas, quero dizer, porque muitos não vivem no Distrito, não saem dos seus gabinetes, dos seus lugares para irem lá, então, perguntam aos vossos militantes como é a vida lá, como é a TVS no Distrito. Há muitos programas, solicitem à população do Distrito de Caué quais são os programas que a TVS transmite em directo. A TVS funciona 24 sobre 24, sabemos, mas vão lá e perguntam quais são os programas que a população acompanha.

São todas essas questões, não queria fazer uso de palavra hoje, mas para não deixar transparecer que a Sra. Deputada Beatriz é mentirosa, vim aqui fazer este reparo, para esclarecer aquilo que na realidade tem estado a acontecer.

Outra coisa é dizer que nós os Deputados do MCISTP vamos sim votar a favor deste Orçamento, porque é o terceiro Orçamento. Quando chegar os 4 anos de mandato deste Governo, que a população de Caué esteja atenta, para fazer o balanço daquilo que muitas vezes foi inscrito no OGE só para fazer figura, para fazer transparecer e muitas vezes, quando vamos ver o que foi feito, foi isso que falei na minha intervenção na Sexta-feira, para os nossos dirigentes poderem decifrar o balanço de 2020, para sabermos em quê o Distrito de Caué foi beneficiado.

O nosso voto será a favor, de forma que amanhã não digam que não demos oportunidade. Sei dar oportunidade, de forma que as pessoas façam. Tendo oportunidade e não fazer, aqui sim eu caio em cima.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Como aqui foi invocado o nome do Ministro da Agricultura, que o mesmo faltou respeito à população, gostaria de aproveitar esta oportunidade para esclarecer o seguinte: o Sr. Ministro da Agricultura, Sras. e Srs. Deputados, não insultou ninguém. Foi-me colocado uma questão no meu programa «Ministério Aberto» sobre o recrutamento da Unidade do Comité do Projecto UCP, porque havia muita crítica da forma como havia sido decorrido, e respondi que o recrutamento foi com a maior transparência, só que clarifiquei a linguagem do legislador, que falou de uma forma silenciosa.

Para vos dizer, Srs. Deputados, que o Projecto COMPRAM é de extrema importância para o País e o montante para a sua realização ascende os 25 milhões de dólares americanos, o que implica que a sua gestão terá que ser feita com recursos humanos competentes e de qualidade. Exigência que não é só do financiador como também do próprio Governo.

O decreto n.º 23/2020, que cria o COMPRAM, no seu artigo 2.º diz textualmente que: «A UCP goza de personalidade e capacidade jurídicas própria e necessária a persecução dos seus objectivos e autonomia administrativa e financeira patrimonial e de recursos humanos».

Por outro lado, no seu artigo 9.º, que se refere ao recrutamento de pessoal, determina que: «O coordenador e os demais responsáveis da UCP são recrutados pelo ministério tutelar da área da agricultura, mediante concurso ou em comissão de serviço, nos termos da Lei n.º 6/2019, de 11 de Abril». Estes dois artigos ditam o poder discricionário do Ministério tutelar do COMPRAM, em relação ao recrutamento, podendo indicar o pessoal que entender, através de um despacho ou através de concurso, mas sempre no âmbito da Lei 6/19, que regulamenta as relações laborais entre o empregado e o empregador, na lógica do sector privado.

Esta lógica de recrutamento advém do princípio de que os projectos têm um tempo determinado para a sua execução e os contractos a serem estabelecidos com o pessoal terão que ser por tempo determinado, como dita a própria Lei n.º 6/19.

Numa relação laboral sobre a cobertura do Estatuto da Função Pública, Lei n.º 2/2018, revisão à Lei n.º 5/1997, os ingressos do pessoal são por via do concurso público e entram numa carreira na Função Pública.

Os artigos 22.º e 23.º desta Lei indicam os processos de recrutamento de pessoal para a Função Pública. Nos projectos não existem carreiras pois, têm um tempo determinado para a sua execução.

Pese embora o poder discricionário de tutela no recrutamento do pessoal do COMPRAM, esta entendeu enveredar pelo recrutamento de pessoal pela via do concurso com o propósito de recrutar e contratar os melhores técnicos existentes no mercado, tendo em conta a importância do COMPRAM para o País, e não pela indicação directa dos responsáveis.

A essência do lançamento do concurso pressupõe a procura de melhores competências e qualidades técnicas existentes no mercado e o recrutamento dos candidatos ao emprego, na base da Lei do Trabalho. O empregador só recruta aquele que obtiver os melhores requisitos para o posto para o qual quer recrutar e não o posicionamento na lista das classificações obtidas no concurso, quando na presença da desistência dos melhores classificados, como é o caso de lugares para o funcionamento público.

Existe muita confusão na interpretação da eliminação do concurso público. O concurso lançado pela tutela ou pelo Ministério da Agricultura para o recrutamento do pessoal do COMPRAM tem o carácter público, devido à sua publicitação, mas não se enquadraria no âmbito de um concurso público para a Administração Pública, como se pretende fazer crer.

Embora a Lei n.º 8/2009 – Lei de Licitação não se enquadre nesse tipo de concurso, recrutamento de recursos humanos, ela é a fonte de inspiração no que diz respeito à qualidade de quadros a serem recrutados.

No 12.º parágrafo do preâmbulo desta Lei cita o seguinte, em relação ao recrutamento de consultoria: «A avaliação das propostas valoriza a qualidade.» E acrescenta: «As modalidades para a selecção do consultor privilegiam a qualidade, atribuindo-se à qualidade um peso não inferior a 70 pontos.» Isto, Sras. e Srs. Deputados, é selecção. É encontrar o melhor dos melhores. É encontrar o cavalo de corrida. O critério para esses 70 pontos foi motivo para o lançamento de um novo concurso para o posto de chefe de contabilidade para o COMPRAM. No primeiro concurso para o posto de contabilidade, o vencedor teve a pontuação de 79,6 pontos, o segundo, 76,9, e o terceiro classificado ficou com 56,6 pontos. A desistência do primeiros classificados obrigou ao lançamento de um novo concurso, tendo em conta o terceiro classificado não obter uma pontuação igual ou acima dos 70 pontos. Todos os concorrentes que venceram outros 4 pontos para a Unidade de Coordenação de COMPRAM obtiveram pontuações acima de 70 pontos.

Para finalizar, gostaria de lembrar que o recrutamento do pessoal do COMPRAM obedece aos critérios da Lei n.º 6/2019 – Código de Trabalho, que regula a relação entre um empregador e empregado, na lógica do sector privado e não do Estatuto da Função Pública. Sras. e Srs. Deputados, não participei na elaboração dessas leis. Apenas cabe-me cumpri-las. Pessoal não competente e de qualidade à frente das instituições importantes são veículos para a corrupção e trazem muitas vezes prejuízos enormes ao cofre do Estado.

O XVII Governo pagou quase 8 milhões de dobras de indemnização aos antigos funcionários do PAPAC, porque teve um término forçado, motivado pela incapacidade de mobilizar 1.2 milhões de euros, no governo anterior.

Capacidade e qualidade é igual a cavalo de corrida. São Tomé e Príncipe precisa de cavalo de corrida, gente de visão, com capacidade de montar uma equipa forte e batalhadora.

O meu Governo mobilizou, para o Sector Agro-pecuário e Pesca, até 2026, escutem, mobilizamos, não quer dizer que já está cá, 55 milhões de dólares. Isto é cavalo de corrida. Estamos numa estafeta.

Quando se diz continuidade do Estado, podemos comparar com uma herança deixada por antepassados: pai, mãe, avô, avó, etc. Herdei a loja Laina com uma dívida de 161 000 euros. Com boa gestão, neste momento, estamos a dever 46 000 euros. Assim como também tivemos que pagar uma indemnização de aproximadamente 320 000 euros. Certamente com esse valor teríamos pago a dívida da loja Laina, e com melhor apetrecho.

O Sector da Agricultura e Pescas, Sras. e Srs. Deputados, ainda não contribui para o PIB, como é desejado. Temos que trabalhar mais, no entendimento das leis, na selecção dos técnicos, no diálogo com os parceiros, na utilização de recursos financeiros, na motivação dos técnicos, enfim.

Para hoje, instituímos encontros de concertação entre parceiros duas vezes ao ano. Nós vamos conseguir pôr em curso o projecto que a União Europeia vem implementando desde 2014, o Projecto Fileira.

Portanto, tudo isso para vos dizer que, quando se tem cavalo de corrida à frente da estafeta, se consegue bons resultados.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Ministro da Agricultura.

Estamos a 14 horas e 30 minutos, temos 4 inscritos. Vamos fechar ou passamos a palavra? Podemos suspender e retomar depois?

Murmúrios.

Não, só temos praticamente uma hora disponível. Suspender para depois retirar, com 6 minutos, também não faz sentido. Mas vamos passar a palavra a quem está, para não perder mais tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Venho cá fazer a minha intervenção no âmbito das Grandes Opções do Plano que estamos a discutir e também do Orçamento Geral do Estado, porque, na verdade, o Governo teve o primeiro ano, avançou-nos quatro eixos de governação, e foram aqui muito bem explícitos no parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente. Fala-se do aprofundamento do Estado de Direito Democrático; crescimento económico robusto e criação acelerada do emprego; melhoria da qualidade de saúde e protecção social e política externa ao serviço do desenvolvimento.

Relativamente ao aprofundamento do Estado de Direito Democrático, nestes últimos 2 anos, não acredito que nós estamos a assistir ao aprofundamento do Estado de Direito em São Tomé e Príncipe, nem os outros 2 anos que restam apontam para isso. O que nós temos estado a assistir é aquilo que chamamos de perseguição constante dos cidadãos. Ultimamente, veiculou-se na comunicação social que o Governo montou guaritas perto da residência do dirigente do Partido Acção Democrática Independente (ADI) e também há indivíduos a seguir alguns dos nossos dirigentes, e bem identificados. Nós estamos a falar do aprofundamento do Estado de Direito?

Relativamente à questão do crescimento económico robusto e criação acelerada do emprego, o Líder Parlamentar do ADI já colocou aqui algumas questões, dentre elas, como é que se pretende de facto criar emprego, sem um plano de recuperação económica? Eu acho que esta pergunta não foi respondida. Penso eu que não conseguimos resposta a esta pergunta.

Gostaria também de relembrar às Sras. e Srs. Deputados que, quando este Governo tomou posse, o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro Saúde disseram: «o povo não aguenta mais. STP está como um doente acamado,»...

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Precisa ser tratado.

O Sr. José António Miguel (ADI): — «...que precisa de ser tratado, e com urgência.» Neste momento, penso eu, o doente acamado está em estado de coma. O doente que encontraram acamado, neste momento, se nós quisermos falar a verdade, está em estado de coma. Por isso, não sei exactamente o que estão a fazer para cumprir um dos eixos, que é a melhoria da qualidade de saúde e protecção social. O Sr. Ministro da Saúde disse que tem mais de 1 milhão de paracetamol no seu stock, se não ouvi mal, mas dá-me a impressão de que, nos centros de saúde, o senhor precisa de ver que não há mesmo medicamentos, incluindo o paracetamol. Não sabemos exactamente o que é que se passa, mas é esta a verdade.

Por isso, não sei como é que se pretende cumprir esse eixo «melhoria da qualidade de saúde e protecção social», quando toda gente grita que a situação de saúde está mesmo de rasto.

Gostaria também aqui, já agora, eu não tenho muito tempo, de fazer relembrar uma questão: nos últimos anos, temos estado a sofrer com a questão da doença que o Sr. ex-Presidente do PCD, o Deputado Arlindo fez referência na Quinta-feira, depois tentou desculpar-se, pois teria dito o nome Evaristo e não sei quê, no entanto, há uma questão: essa doença, celulite necrotizante, está cá em São Tomé e Príncipe já há algum tempo e eu peço aqui a todos os sãο-tomenses, particularmente ao Governo, que a gente deve fazer uma investigação, um estudo profundo, para tentarmos saber qual é a origem desse mal, dessa doença. Só assim é que nós podemos, quem sabe, conseguir sarar isso, porque nós tivemos em São Tomé e Príncipe, de algum tempo a essa parte, comerciantes que importaram produtos deteriorados, estou aqui a falar de arroz podre, carne podre, manteiga e um conjunto de produtos podres, no âmbito do STP-Trading e não só, e não encontrámos a responsabilização dessas pessoas.

Uma voz do ADI: — Cumá?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — E o que é que acontece? Nós estamos a falar de uma doença que precisamos de investigar. Quem sabe? Pode ser essa a grande razão desse mal que está a enfermar-nos. Nós não sabemos. Eu não estou aqui a fazer acusações, não estou a dizer que é isso, mas eu estou a levantar uma questão.

Por isso, eu desafio aqui o Governo, é preciso nós investirmos para que se faça um estudo e que se consiga saber qual é a origem desse mal, porque eu imagino que os médicos e enfermeiros estão a braços como cuidar dessas pessoas que têm esse mal e não estão a conseguir. Há muita dificuldade!

Por isso, é bom fazer um estudo, para atacarmos o mal e sabermos exactamente o que é que se passa. Eu digo que há muito trabalho para fazer, mas também temos de responsabilizar as pessoas. Neste país, não se responsabiliza as pessoas e é por isso que toda gente tem o poder de vir cá falar, dizer o que quer, passar a mensagem que quiser. Não se está a responsabilizar as pessoas! Por isso, eu volto a dizer, é preciso nós, quando estamos a falar, sobretudo da questão de doença e não só, começarmos também a pedir que se faça um trabalho, uma investigação, para conseguirmos saber qual é a verdadeira origem de alguns males.

Alguém perguntou aqui também o que é que o ADI deixou, mas o Primeiro-Ministro já disse, eu não vou repetir. O Primeiro-Ministro falou no caso da estrada da Marginal, no caso do projecto com os holandeses, falou da escola de Monte Café, falou de porto em águas profundas, aeroporto, são projectos de continuidade. Se o Governo do ADI não fez nada, então, como é que existe o projecto de continuidade?

Uma voz: — Já acabou o tempo.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Ok, muito obrigado pela vossa atenção, já que acabou o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Uma voz: — Então, não acabou o tempo?

Murmúrios.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Como não sou um deputado polémico, é por isso...

O Sr. **Presidente**: — Não é por isso.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente. Eu agradeço...

O Sr. **Presidente**: — É porque...

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — É uma brincadeira.

O Sr. **Presidente**: — Não, não. É porque ficou acordado. Se houver necessidade, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD ou o Governo concederá tempo. É o que ficou acordado. Se houver necessidade disso. Não sou eu que vou distribuir o tempo, porque agora temos que colocar qualquer tempo aí. Depende é do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD ou do Governo. Se não for caso disso, eu não posso...

Murmúrios gerais.

O Governo deu 2 minutos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — 2 minutos chegam para mim.

Sr. Presidente, eu peço desculpa, o Sr. Primeiro-Ministro, quando tomou a palavra, preferiu falar de uma forma geral das coisas, das intervenções e eu como Deputado fiquei um pouco triste, porque nós estamos cá para debater o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. E, infelizmente, os Deputados que falam de números, como diz o Ministro das Finanças, os Deputados que põem a questão sobre números, sobre o impacto desses números, as respostas não vêm se não do Ministro das Finanças, que felizmente também só fala de números. É uma crítica que eu faço ao Primeiro-Ministro.

Eu não sei fazer política com coisas sérias, não o faço! Nem sou desse tipo de Deputado que faz parte daquele grupo que ladra e a caravana passa. Portanto, eu falo das coisas. Por isso, Sr. Ministro das Finanças, quando eu levantei a questão de despesas de funcionamento, analisei o Orçamento. A nossa capacidade de produção de receitas para financiar o Orçamento, como sabe, está abaixo das despesas de funcionamento. A despesa de funcionamento é superior à nossa capacidade de arrecadação de receita. Logicamente, eu disse que o Governo ia recorrer ao agravamento dos impostos, e não só! Se o Sr. Ministro analisar o Orçamento de funcionamento do Estado, o senhor vai encontrar um peso razoável de donativos no financiamento do funcionamento do Estado. Vai encontrar esse peso.

Uma voz do ADI: — É verdade.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Por isso, não podemos correr o risco de estar, anualmente, a aumentar as despesas de funcionamento, contando com os donativos, porque os donativos, anualmente, vão diminuindo. E um dia que nós não tivermos os donativos, vamos ter problema! Por quê? Os donativos podem ser benéficos hoje. Hoje, toda gente está satisfeita, porque estamos a receber muitos donativos, só que o donativo está a tirar a nossa capacidade de esforçar-nos mais, para fazermos mais, para trabalharmos mais, para produzirmos mais receitas, porque nós estamos a receber!

Uma voz: — É verdade.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — E era bom que, no âmbito daquilo que é a política de poupança, porque outros países pouparam para nos dar, e nós não estamos a poupar.

Uma voz do ADI: — Estamos a gastar!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Como estamos a receber, vamos aumentando as despesas de funcionamento. É verdade que as despesas o com pessoal tem o maior produto. É verdade isso, mas há sectores que aumentaram a sua despesa com o pessoal. Se nós analisarmos, sinceramente, não há razões para isso! Eu concordo que a Educação e Saúde tenham essa razão, mas outros sectores, por amor de Deus!

O Sr. **Presidente**: — Há mais inscritos, mas não têm tempo. Sendo assim, não sei se o Sr. Primeiro-Ministro quer fazer alguma intervenção.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, damos 2 minutos ao Grupo Parlamentar do ADI. No entanto, alertamos que, na Sexta-feira, tinham tempo suficiente para poderem expor muitos assuntos, mas não expuseram. Damos 2 minutos, obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.
Não querendo usar os 2 minutos, vamos avançar. Vamos passar à votação.

Protestos do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Ainda não, Sr. Presidente. Antes da votação, temos a declaração de voto.

O Sr. **Presidente**: — Eu não recebi nenhum pedido.

Uma voz: — Antes do encerramento.

O Sr. **Presidente**: — Ah, peço desculpas, sim tem razão. Encerra-se, sim, sim, tem razão.

Uma voz: — Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem, tem Razão.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Antes do encerramento, pelo Primeiro-Ministro, os Grupos Parlamentares que quiserem produzir uma declaração podem fazê-lo.

Os Grupos Parlamentares que quiserem produzir uma declaração, podem fazê-lo. Não recebi nenhum pedido, então vou convidar o Sr. Primeiro-Ministro para fazer a declaração de encerramento.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É por ordem.

O Sr. **Presidente**: — Não, quem quiser. Não está aqui a dizer por ordem. Tem o direito de produzir, mas pode não querer usufruir do seu direito.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Leia o que está aí.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI) — Bom, de acordo com o Regimento, o debate inicia e encerra com a intervenção de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, mas anterior a esta declaração de encerramento, os grupos parlamentares podem proferir uma declaração. Nesse sentido, porque nós vimos no Orçamento Rectificativo. A norma é o Grupo minoritário usar primeiro da palavra, depois, é por ordem, a Coligação, o MLSTP/PSD, o ADI. O que nós estamos a propor ao Presidente é, a Coligação quer intervir, sim ou não. Se não, fechou. O MLSTP/PSD quer intervir, sim ou não? Se sim, vai. Se não... Não é permitir, ok, o ADI vai falar, depois agora vem a Coligação e o MLSTP/PSD. É só esse procedimento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, pela sua orientação, mas eu vou ler o que está escrito no artigo 209.º: «Antes do encerramento do debate, cada Grupo Parlamentar tem o direito de produzir uma declaração sobre as propostas de lei.» Portanto, se os grupos parlamentares não pedirem, não sou eu que vou perguntar: quer falar, quer falar? Não! Se ninguém quiser, eu peço ao Primeiro-Ministro para encerrar.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — O senhor é que propõe.

O Sr. **Presidente**: — Eu proponho o quê?

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Só solicita.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho que solicitar. Está escrito! É o direito que têm, mas podem não querer usufruir.

Bom, não havendo pedido de nenhum grupo parlamentar, peço ao Sr. Primeiro-Ministro para encerrar o debate.

Protestos do ADI.

Murmúrios.

Aliás, a declaração já foi feita no início. A sua declaração foi feita logo no início.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Mas são momentos diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Não, é igual. É livre de fazer agora, não é?

Murmúrios.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, povo de São Tomé e Príncipe, Senhoras e Senhores, Excelências, as minhas cordiais e fraternas saudações.

A todas e todos Deputados, agradecimentos, pelo profícuo debate contraditório, produto da vitalidade democrática que desemboca na aprovação, esperamos nós do OGE e GOP 2021. Mais um passo em frente, no caminho do desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe.

Novo ano, nova vida, novas oportunidades e perspectivas. Para trás ficam enterrados, com o ano velho, as amarras e amarguras do passado recente, os erros de *flimá* cometidos, as desconfianças e recalcamientos políticos e uma nova página se abre, movida pela lufada de ar fresco que insufla a esperança colectiva, a fé nas capacidades endógenas, e mobiliza toda a nação santomense, para a ingente tarefa de reconstruirmos juntos o País dos nossos sonhos, de Caué a Pagué, no quadro do programa de retoma pós-pandemia Covid-19. Este OGE e GOP 2021 é resposta tangível dessa nova maioria democrática, MLSTP/PSD, Coligação PCD/MDFM-UDD, perante os desafios inadiáveis da presente Legislatura. Friso que este Orçamento é do País, de todos nós, para todos nós.

Se de um jogo de futebol se tratasse, este Governo estaria à espera de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, para o início do segundo tempo do jogo governativo, ou seja, os 2 próximos anos que faltam.

Em jeito de balanço e auto avaliação do percurso feito pelo XVII Governo, desde Dezembro de 2018, naturalmente que não se conseguiu fazer tudo, mas muitas promessas ou parte delas foram já cumpridas, apesar do travão da pandemia.

Aproveito para relembrar, em jeito de refrescamento: redução dos preços do Bilhete de Identidade, passes escolares e passaportes; mais e melhor energia, comunicação social, liberdade de expressão e recuperação da imagem da cidade capital; implementação do Programa do Governo Rendimento Mínimo de Inserção Social (REMIS), através do Projecto Famílias Vulneráveis; maior mobilização de recursos

financeiros e envolvimento dos parceiros de cooperação bilateral e multilateral, cumprindo a perspectiva de diplomacia económica; inauguração de novas escolas, jardins, creches e recrutamento de várias centenas de professores, dezenas de médicos e técnicos de Saúde e de Proteção Social; melhoria no desempenho macroeconómico; acordos de mobilidade e isenção de vistos para Cabo Verde, Angola e África do Sul; muito brevemente daremos início ao projecto estruturante do Aeroporto, transição energética e segunda fase das casas sociais; nas próximas horas e dias, todo o foco e inteligência do Governo estarão virados para a concretização dos projectos da Saúde, investimentos na recuperação económica, através do sector privado, empreendedorismo jovem, organização do sector informal, ligação entre as duas Ilhas e uma atenção diferenciada à nossa diáspora. Todavia, conservamos um optimismo moderado, pois o impacto imprevisível da pandemia Covid-19 persiste com a sua austeridade e ainda não adquirimos as vacinas contra o Covid-19. E como temos estado a notar, os casos da doença aumentam na Europa.

Por conseguinte, a luta contra a pandemia é a nossa prioridade-mor, condição *sine qua non* para o incremento da indústria de viagens, relançamento da economia e geração de emprego.

A aprovação do OGE e das GOP 2021 não será o fim do trilho, muito pelo contrário, trata-se do início da nova etapa de discussão desses instrumentos na especialidade, no sentido de melhorá-los, para servirem melhor São Tomé e Príncipe. Daí que continuo a contar com a inteira disponibilidade e participação de todas as Sras. e Srs. Deputados.

Excelências, aproximando-me do fim desta alocução, recordo a grande verdade por vós conhecida: o nosso OGE 2021 e as GOP, apesar de um pouco mais realista do que os anteriores, continua a ser um exercício de planificação e previsão orçamental, escondendo o trabalho árduo de mobilização de recursos financeiros para a sua plena execução.

O nosso santo arquipélago é uma mina de potencialidades, oportunidades e património humano jovem. Resta-nos trabalhar e acreditar que é possível transformar a dura realidade de hoje num espaço promissor onde dê gosto viver.

Reitero a expressão de gratidão ao tempo investido pela augusta Assembleia Nacional, na análise e discussão destes tão importantes diplomas, OGE e GOP 2021.

Ao Presidente Delfim Neves, obrigado pela forma sábia e experiente como conduziu as sessões de trabalho.

Obrigado pela vossa atenção!

Applausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Após a declaração do Sr. Primeiro-Ministro que encerra o debate, vamos submeter à votação, na generalidade, as propostas de lei do OGE e das GOP.

Uma voz do ADI: — Podemos efectuar uma suspensão de 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Agora já não podemos. Estamos a submeter os documentos à votação, como é que vamos suspender agora?

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — Mas não é para suspender.

O Sr. Presidente: — Queria o quê? Não percebi.

Uma voz do ADI: — *Falou fora do microfone.*

O Sr. Presidente: — Vai ser rápido.

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — É para fazer uma consulta.

O Sr. Presidente: — Consultar aqui dentro ou fora da sala?

Uma voz do ADI: — *Falou fora do microfone.*

O Sr. Presidente: — Ah, pode sair, mas não posso esperá-lo para votar. Se quiser sair, pode sair.

Murmúrios do ADI.

Não estou a dizer que não é regimental. Vamos submeter à votação as duas propostas de lei, sendo primeiramente a das GOP e seguidamente a do OGE.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Passemos à votação da proposta de lei do OGE para o Ano Económico de 2021.

Submetida à votação, foi aprovada com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

A Mesa recebeu, de acordo com o Regimento, um requerimento subscrito por cinco Deputados do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, avocando ao Plenário a discussão na especialidade.

Vou pedir ao Sr. Secretário que faça a apresentação do requerimento.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura do requerimento dado entrada na Mesa.

«De conformidade com o artigo 163.º do Regimento da Assembleia Nacional, os subscritores avocam a discussão e votação na especialidade, pelo Plenário, das propostas de lei das GOP e do OGE para o Ano Económico de 2021.

Os subscritores: Danilo dos Santos, Maria das Neves, Guilherme Octaviano, Filomena Monteiro e Ana Rita.

São Tomé, 11 de Janeiro de 2021.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação do requerimento, alguma reacção? Não sendo o caso, vamos submeter o requerimento à votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor e 23 abstenções.

De acordo com o n.º 3 do artigo 211.º do Regimento, caso o Plenário use a faculdade prevista no artigo 163.º que é o tal que fizemos agora leitura, o debate na especialidade das mencionadas propostas de lei não pode exceder 3 dias. Sendo assim, vamos fazer a apresentação de uma proposta, para sua discussão subsequente nos próximos 3 dias.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Passo à apresentação de uma proposta, que começa já no dia 12, nesse caso amanhã, e termina no dia 14. Para o dia 12 de Janeiro, área institucional, que inclui a Presidência da República, a Assembleia Nacional, o Gabinete do Primeiro-Ministro e a Secretaria de Estado para Comunicação Social, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, o Ministério da Defesa e Ordem Interna. Estes são os sectores para o dia 12.

Dia 13 de Janeiro, neste caso, Quarta-feira, área social: o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e Ensino Superior, o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo e o Ministério de Emprego, Família e Formação Profissional. No dia 14, Quinta-feira, que encerra o debate na especialidade, os Ministérios de Infra-estruturas, Recursos Naturais, da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, do Turismo e Cultura, a Secretaria do Estado para Comércio e Indústria, o Ministério do Plano, Finanças e Economia Azul e, por último, a votação na especialidade e logo a seguir a votação final global.

O Sr. **Presidente**: — Alguma reacção dos Srs. Líderes Parlamentares e do Governo?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Só um esclarecimento, Sr. Presidente. Vejo na agenda Ministério do Turismo e Cultura, do Comércio e Indústria, depois vem Secretaria do Estado para Comércio e Indústria, mas não vejo aqui a Secretaria do Estado das Obras Públicas.

Uma voz do ADI: — Não existe.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — O Ministério de Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente e não aparece a sua Secretaria do Estado. Se vem o Secretário do Estado para o Comércio, deve vir também o Secretário de Estado para as Obras Públicas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Deve haver um lapso dos serviços, não só nesta questão como também incluir o Ministério da Justiça na área social. Mas vamos manter a estrutura, porque se incluirmos na Terça-feira, ou seja amanhã, o Ministério da Justiça, que é área institucional, será muito extenso. Vamos deixar como está, o Ministério da Justiça ficará mesmo para a Quarta-feira. No entanto, na Quinta-feira, onde se lê Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, entre parenteses, Secretaria do Estado das Obras Públicas, Ministério da Presidência está no Gabinete do Primeiro-Ministro, está na mesma linha.

Mais alguma alteração ou reacção?

Não sendo o caso, está aprovada a agenda para os próximos 3 dias, com início às 9 horas e término às 14 horas, seguidamente ou com intervalo, se for necessário. Mas temos que concluir as áreas e agendas de cada dia, mesmo que fique por mais tempo.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Há um outro lapso.

O Sr. **Presidente**: — Há outro lapso? Qual é?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Ministério de Descentralização.

O Sr. **Presidente**: — Também não está. Porque tem que estar sempre presente, vamos incluir na Quinta-feira o Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização.

Não havendo mais alterações, está aprovada a agenda para os próximos 3 dias e, com efeito, terminar os nossos trabalhos.

Quero também cumprimentar e agradecer o Sr. Primeiro-Ministro e todos os membros do Governo aqui presentes, as Sras. e Srs. Deputados, todos os quadros técnicos dos serviços e também o povo de São Tomé e Príncipe, em especial aqueles que estão a nos seguir.

Declaro encerrada a sessão e retomaremos amanhã.

Eram 15 horas e 15 minutos.